

VOL. TERRAPLENAGEM

Estaca	Área de Corte (m²)	Área de Aterro (m²)	Volum. de Corte (m³)	Volum. de Aterro (m³)	Volum. Corte Acum. (m³)	Volum. Aterro Acum. (m³)	Volum. Líquido (m³)
45+0,00	4,04	0,00	8,33	0,00	3019,07	3201,72	-182,65
46+0,00	5,47	0,00	95,16	0,00	3114,23	3201,72	-87,50
46+18,70	5,79	0,00	105,21	0,00	3219,43	3201,72	17,71
47+0,00	5,73	0,00	7,48	0,00	3226,91	3201,72	25,19
47+19,15	2,11	0,00	75,04	0,00	3301,95	3201,72	100,23
48+0,00	2,10	0,00	1,79	0,00	3303,75	3201,72	102,02
49+0,00	2,13	0,00	42,37	0,00	3346,12	3201,72	144,39
50+0,00	0,08	2,44	22,13	24,48	3368,24	3226,20	142,05
51+0,00	0,00	10,98	0,77	134,35	3369,01	3360,55	8,47
52+0,00	0,00	36,06	0,00	470,94	3369,01	3831,48	-462,47
52+0,20	0,00	36,36	0,00	7,30	3369,01	3838,79	-469,77
53+0,00	0,00	58,75	0,00	941,31	3369,01	4780,10	-1411,09
54+0,00	0,00	37,13	0,00	958,49	3369,01	5738,59	-2369,58
55+0,00	0,00	22,95	0,00	601,82	3369,01	6340,41	-2971,40
56+0,00	0,00	13,27	0,00	363,11	3369,01	6703,51	-3334,50
56+1,26	0,00	12,46	0,00	16,16	3369,01	6719,67	-3350,66
57+0,00	0,38	1,64	3,53	132,18	3372,54	6851,85	-3479,31
58+0,00	6,11	0,00	64,87	16,43	3437,41	6868,28	-3430,87
59+0,00	7,84	0,00	139,52	0,00	3576,93	6868,28	-3291,35
60+0,00	11,60	0,00	194,38	0,00	3771,31	6868,28	-3096,96
61+0,00	16,31	0,00	279,07	0,00	4050,39	6868,28	-2817,89
62+0,00	18,59	0,00	349,04	0,00	4399,42	6868,28	-2468,85
63+0,00	18,75	0,00	373,40	0,00	4772,83	6868,28	-2095,45

VOL. TERRAPLENAGEM

Estaca	Área de Corte (m²)	Área de Aterro (m²)	Volum. de Corte (m³)	Volum. de Aterro (m³)	Volum. Corte Acum. (m³)	Volum. Aterro Acum. (m³)	Volum. Líquido (m³)
65+0,00	10,40	0,00	288,28	0,00	5392,83	6868,28	-1475,45
66+0,00	3,01	0,02	134,14	0,23	5526,97	6868,50	-1341,54
67+0,00	0,09	3,03	30,96	30,55	5557,93	6899,06	-1341,13
68+0,00	0,00	10,52	0,86	135,52	5558,79	7034,58	-1475,79
69+0,00	0,00	16,40	0,00	269,18	5558,79	7303,76	-1744,97
70+0,00	0,00	25,58	0,00	419,77	5558,79	7723,52	-2164,74
70+10,53	0,00	27,98	0,00	281,97	5558,79	8005,49	-2446,70
71+0,00	0,00	31,97	0,00	283,94	5558,79	8289,43	-2730,64
72+0,00	0,00	36,25	0,00	681,60	5558,79	8971,04	-3412,25
73+0,00	0,00	46,32	0,00	844,66	5558,79	9815,69	-4256,91
73+15,81	0,00	42,06	0,00	713,76	5558,79	10529,46	-4970,67
74+0,00	0,00	36,73	0,00	164,89	5558,79	10694,34	-5135,55
75+0,00	0,52	18,77	5,11	555,53	5563,90	11249,88	-5685,97
76+0,00	1,07	12,74	15,72	316,64	5579,63	11566,51	-5986,89
77+0,00	2,24	2,24	32,89	150,62	5612,51	11717,13	-6104,62
77+1,10	2,22	1,95	2,45	2,31	5614,97	11719,44	-6104,47
78+0,00	6,92	0,00	86,35	18,42	5701,32	11737,86	-6036,54
79+0,00	11,93	0,00	188,46	0,00	5889,79	11737,86	-5848,07
80+0,00	16,36	0,00	282,87	0,00	6172,65	11737,86	-5565,21
81+0,00	11,14	0,00	274,97	0,00	6447,62	11737,86	-5290,24
82+0,00	7,12	0,00	182,59	0,00	6630,21	11737,86	-5107,65
82+0,00	7,12	0,00	182,59	0,00	6630,21	11737,86	-5107,65
84+0,00	16,42	0,00	351,72	0,00	5124,55	6868,28	-1743,73

ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO - VOLUME TERRAPLENAGEM

AUTOR DO PROJETO:

Janete Moreira Lopes
Responsável Técnica
Engenheira Civil CREA: 9742/D-RO

LEGENDA:

DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024

REVISÃO: 1º - 00/00/0000

ESCALA: SEM ESCALA

DESENHO:

ENGENHEIRA CIVIL
CREA: 9742 D/RO

JM

Janete Moreira

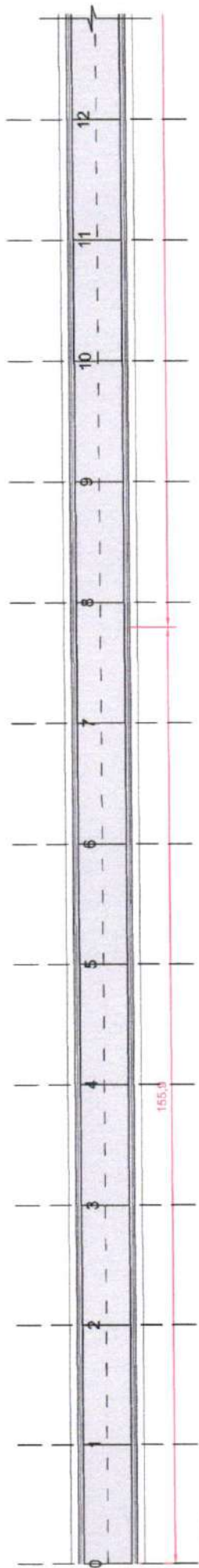
JANETE MOREIRA
Coordenação de Projetos

OBRA: GEOMÉTRICO LINHA CATUVA

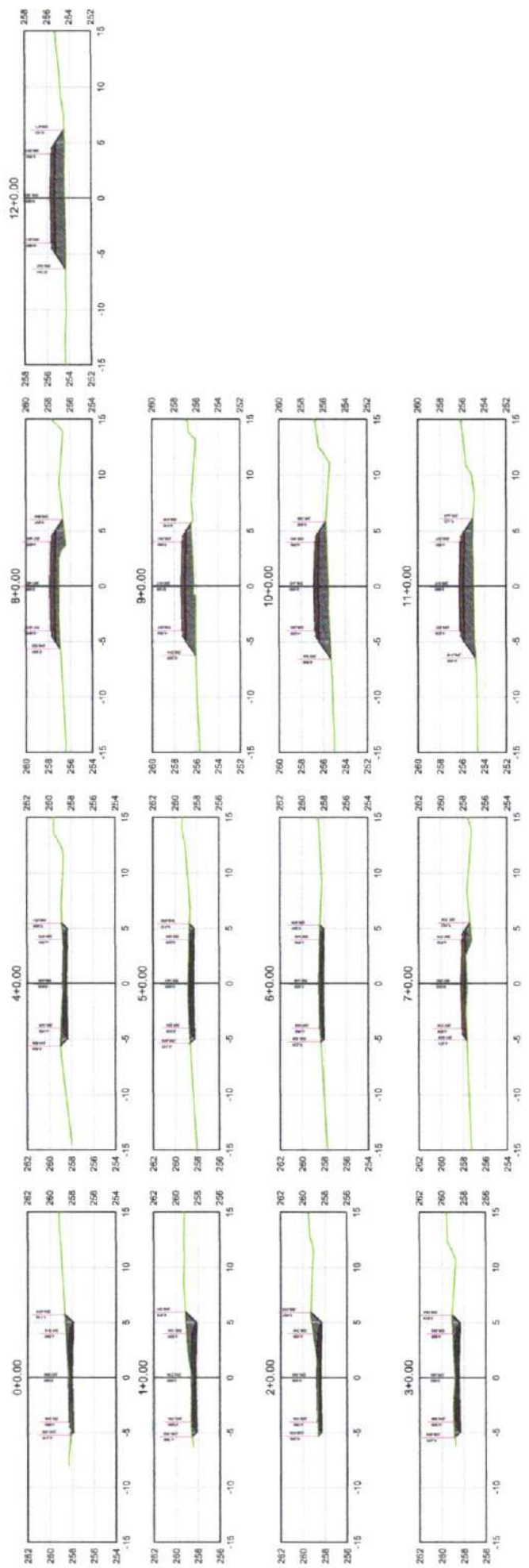
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
CNPJ: 04.221.486/0001-49




LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT

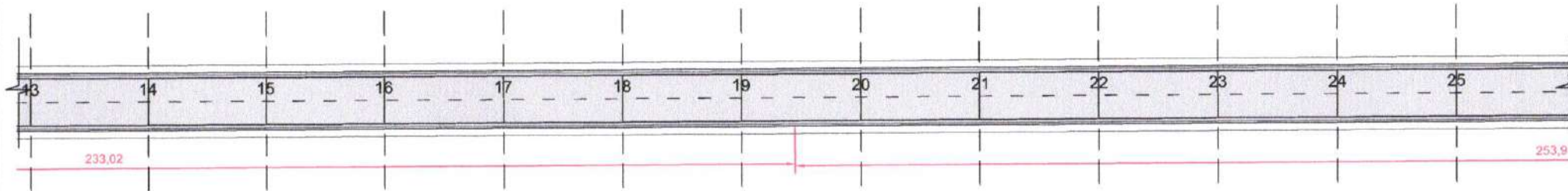
FOLHA Nº
PG-04



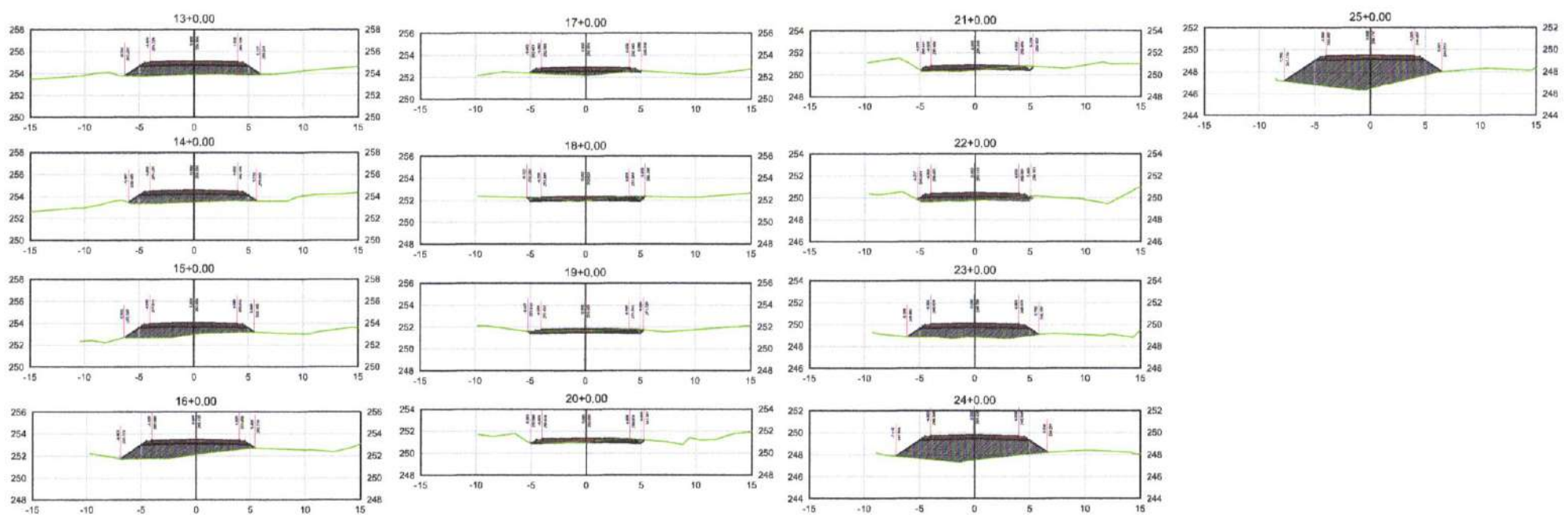
DET-001
ESCALA: 1:7500

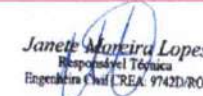



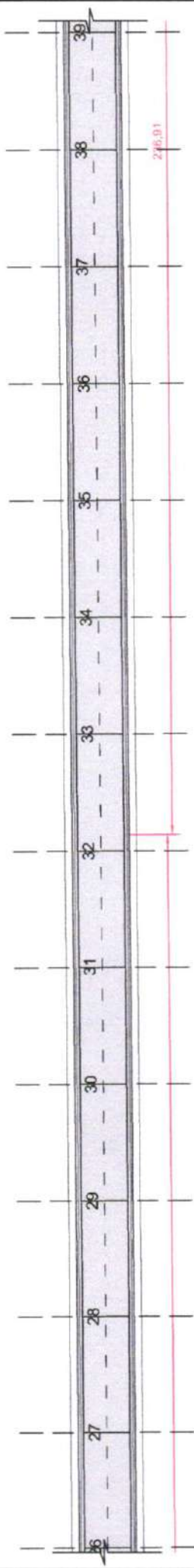
ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO		AUTOR DO PROJETO:  Janete Moreira Lopes Engenheira Técnica Registrada no CREA 77420/R0 JANETE MOREIRA LOPES ENGENHEIRA CIVIL CREA: 9742 DPRO	
LEGENDA:		DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024	DESENHO:
		REVISÃO: 1º - 00/00/0000	INDICADAS
		ESCALA:	INDICADAS
OBRA: GEOMÉTRICO LINHA CATUVA		JANETE MOREIRA Coordenação de Projetos	
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT CNPJ: 04.221.486/0001-49		 Janete Moreira	
LOCAL: PERIMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT			
		FOLHA Nº PG-05	



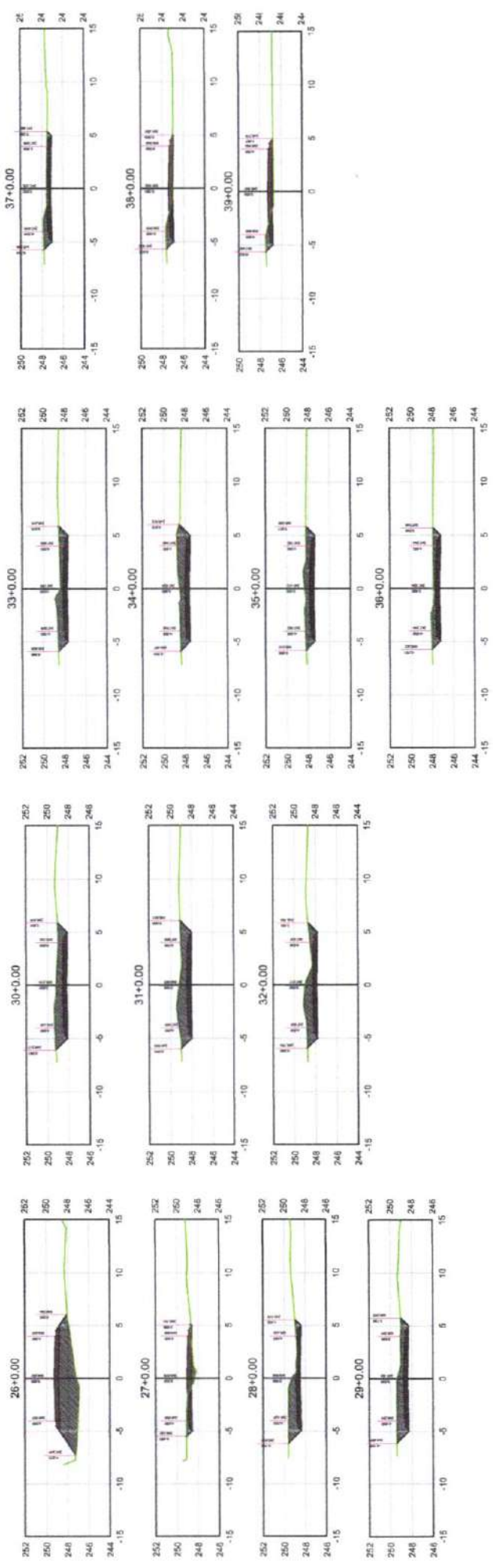
DET-002
ESCALA: 1:700



ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO		AUTOR DO PROJETO:		JANETE MOREIRA Coordenação de Projetos		
LEGENDA:	DATA DA ENTREGA:	MARÇO/2024	 Janete Moreira Lopes Responsável Técnica Engenheira Civil (CREA: 97420/R0) JANETE MOREIRA LOPES ENGENHEIRA CIVIL CREA: 9742 D/R0	 Janete Moreira	OBRA:	GEOMÉTRICO LINHA CATUVA
	REVISÃO:	1º - 00/00/0000			PROPRIETÁRIO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT 04.221.486/0001-49
	ESCALA:	INDICADAS			LOCAL:	PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT
					FOLHA Nº	PG-06



DET-003
ESCALA 1:1.700



ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO

DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024

REVISÃO: 1º - 00/00/0000

ESCALA: INDICADAS

AUTOR DO PROJETO:

Janete Moreira Lopes
Engenheira Civil (REG. 9422/80)

JANETE MOREIRA LOPES
ENGENHEIRA CIVIL
CREA: 9742 DIRIO

DESENHO:

JM
Janete Moreira

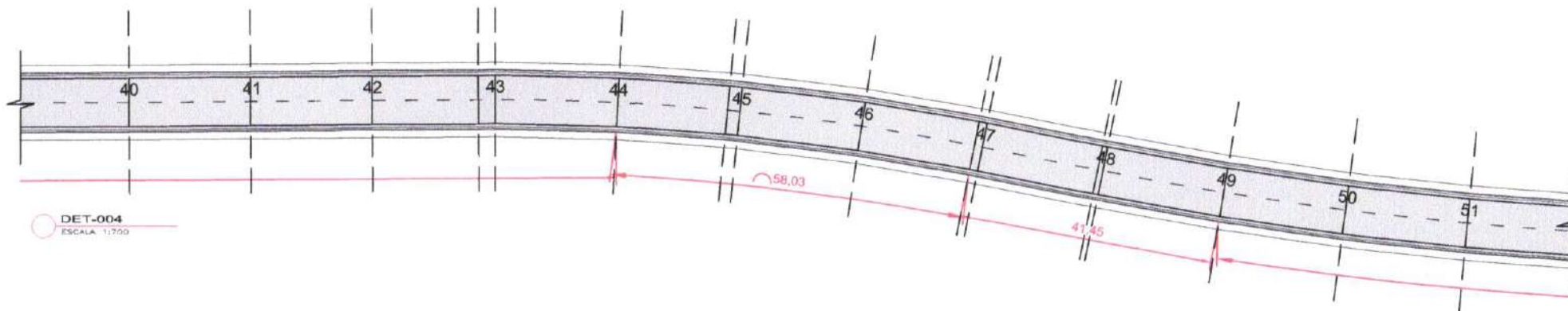
JANETE MOREIRA
Coordenação de Projetos

OBRA: GEOMÉTRICO LINHA CATUVA

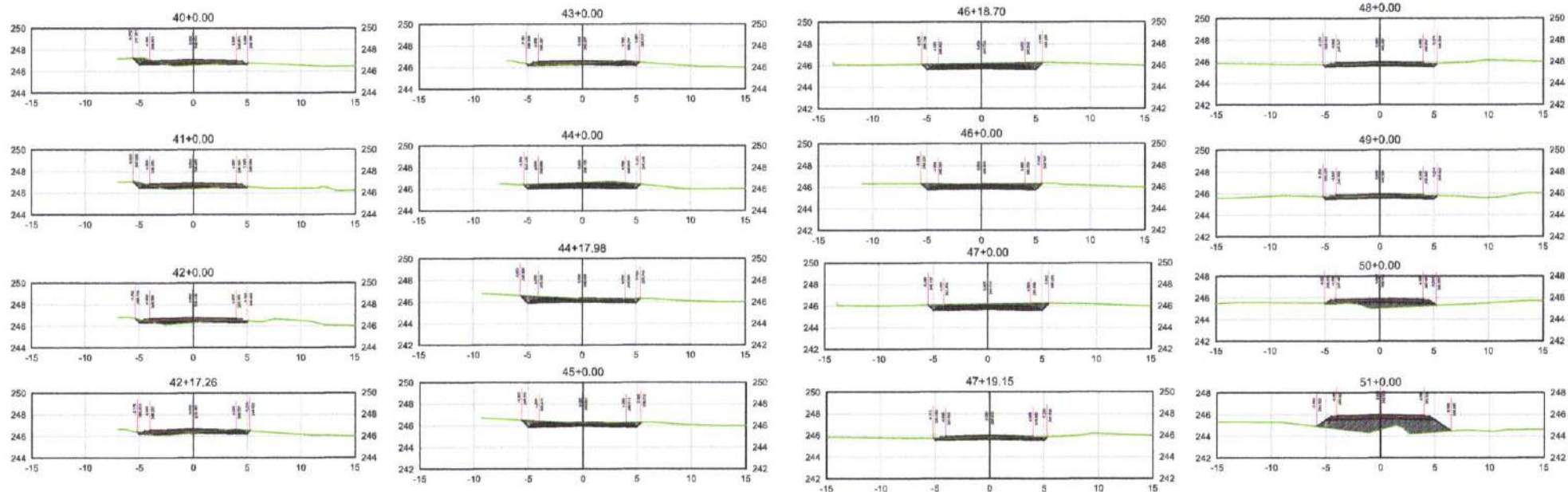
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
CNPJ: 04.221.486/0001-49



LOCAL: PERIMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT

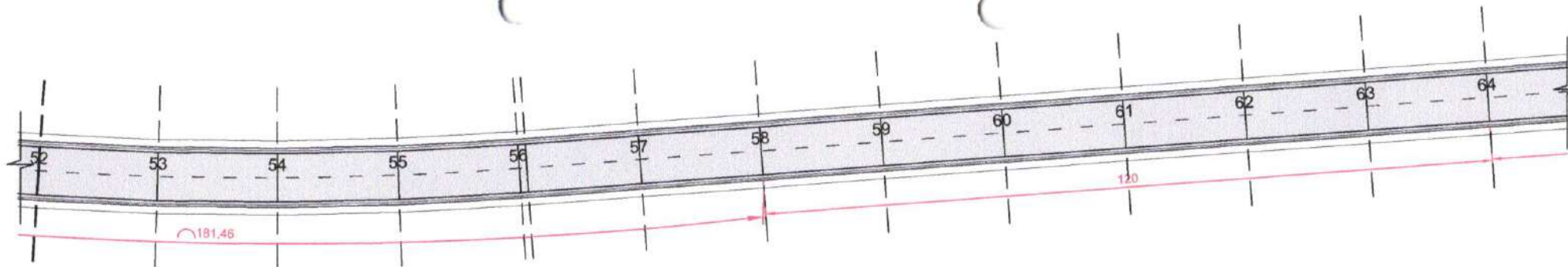
FOLHA Nº
PG-07



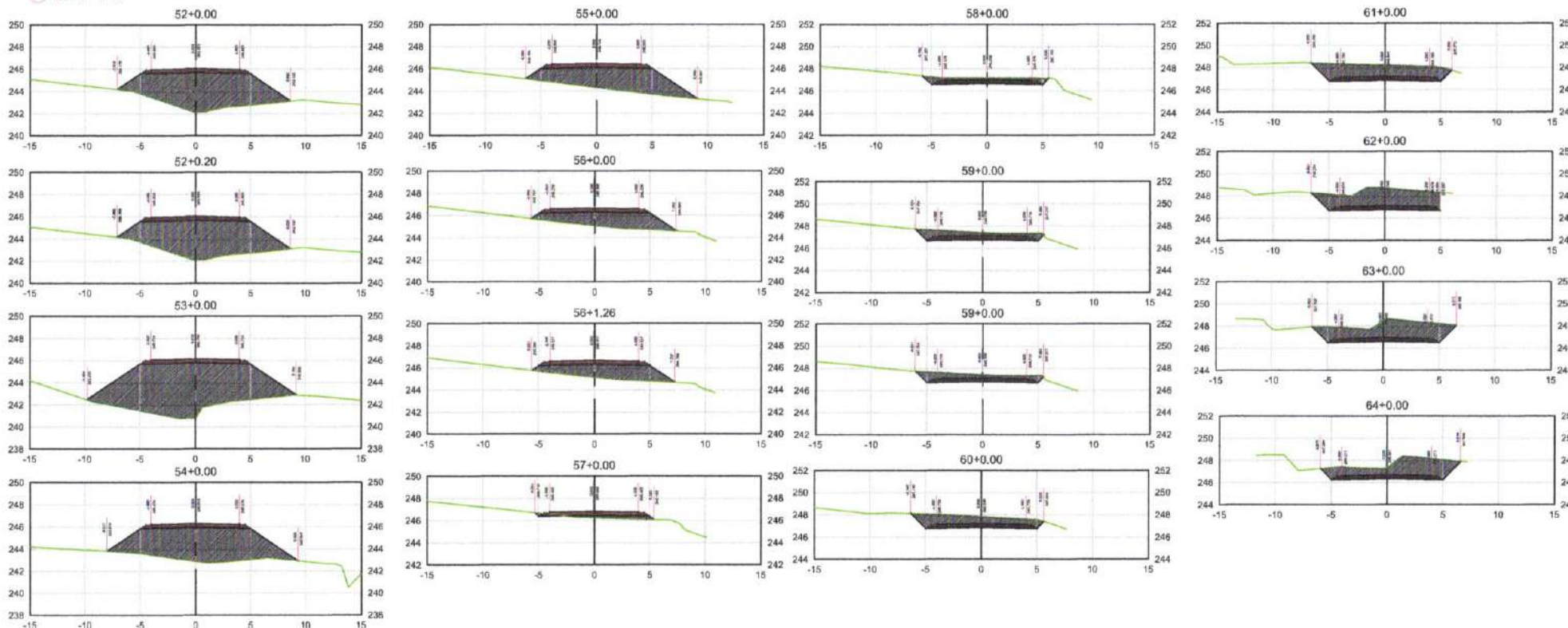
DET-004
ESCALA: 1:700



ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO		AUTOR DO PROJETO: <i>Janete Moreira Lopes</i> Responsável Técnica Engenheira Civil CREA: 9742D/R0		 JM Janete Moreira	JANETE MOREIRA Coordenação de Projetos	
LEGENDA:	DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024	JANETE MOREIRA LOPES ENGENHEIRA CIVIL CREA: 9742 D/R0			OBRA: GEOMÉTRICO LINHA CATUVA	PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT 04.221.486/0001-49 LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT
	REVISÃO: 1º - 00/00/0000					
	ESCALA: INDICADAS			DESENHO:	FOLHA Nº PG-08	



DET-005
ESCALA: 1:700



ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO

AUTOR DO PROJETO:

Janete Moreira Lopes
Responsável Técnica
Engenheira Civil CREA: 97420/R0

JM
Janete Moreira

JANETE MOREIRA
Coordenação de Projetos

LEGENDA:

DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024

REVISÃO: 1ª - 00/00/0000

ESCALA: INDICADAS

DESENHO:

JANETE MOREIRA LOPES
ENGENHEIRA CIVIL
CREA: 9742 D/R0

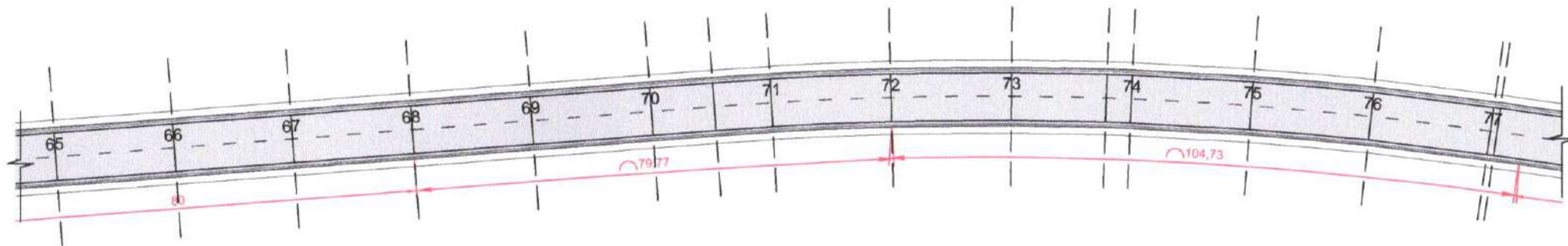


OBRA: GEOMÉTRICO LINHA CATUVA

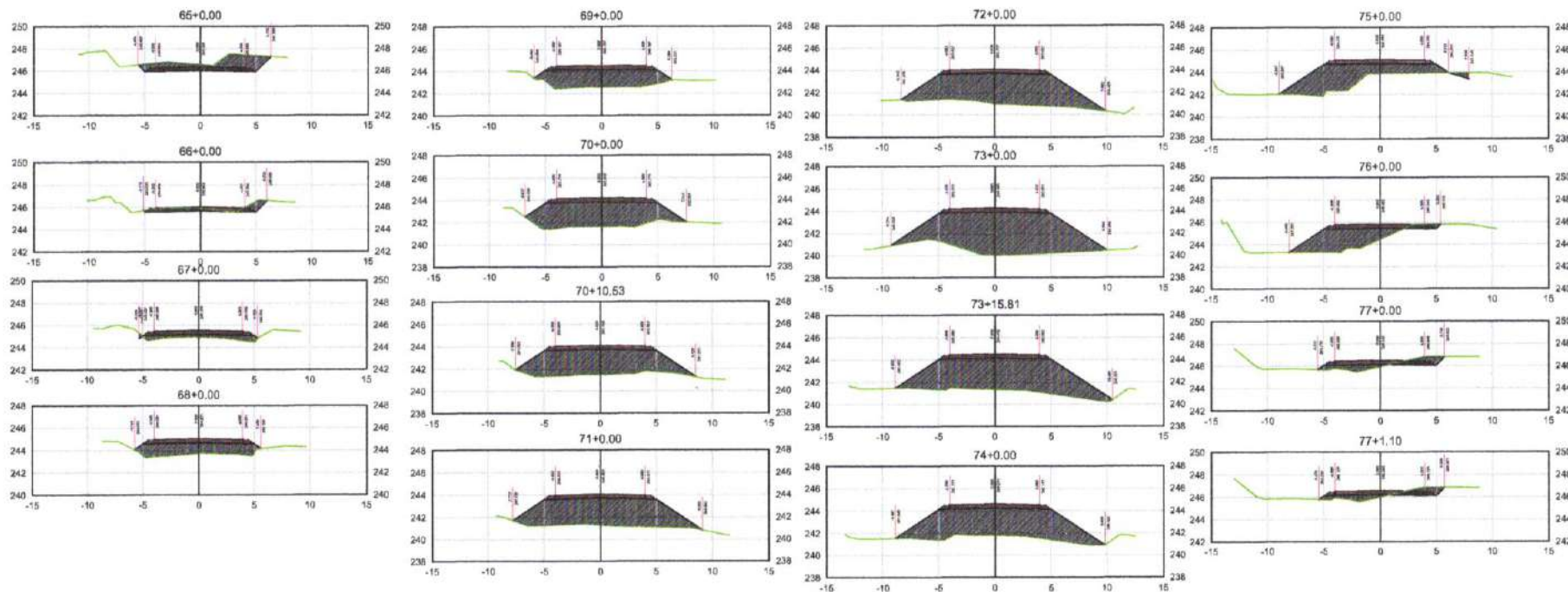
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
CNPJ: 04.221.486/0001-49

LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT

FOLHA Nº
PG-09



DET-006
ESCALA: 1:1700



ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO

AUTOR DO PROJETO:

Janete Moreira Lopes
Responsável Técnica
Engenheira Civil CREA: 9742/D/RO

JM
Janete Moreira

JANETE MOREIRA
Coordenação de Projetos

LEGENDA:

DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024

REVISÃO: 1ª - 00/00/0000

ESCALA: INDICADAS

DESENHO:

JANETE MOREIRA LOPES
ENGENHEIRA CIVIL
CREA: 9742 D/RO

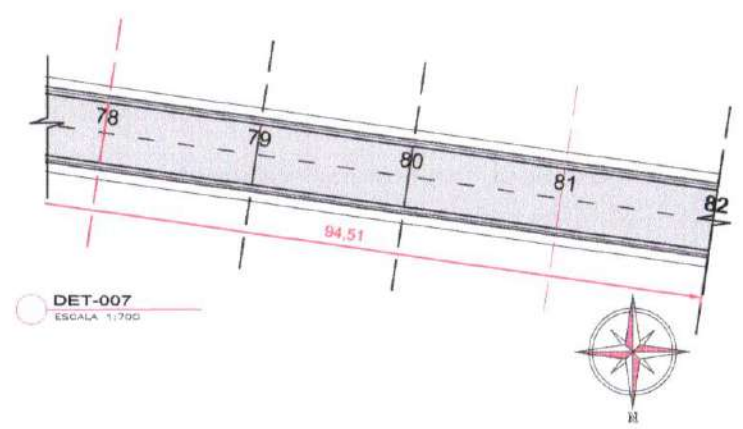
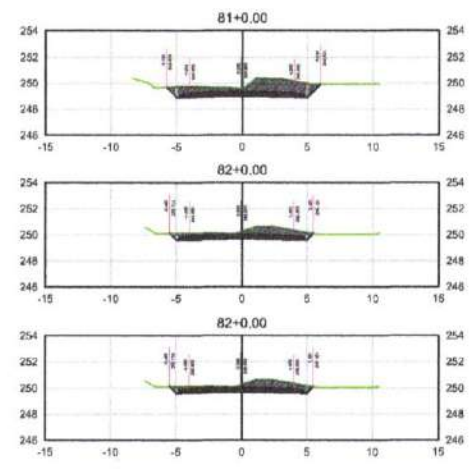
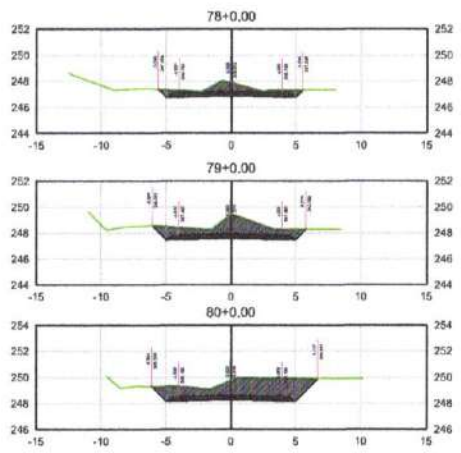


OBRA: GEOMÉTRICO LINHA CATUVA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
CNPJ: 04.221.486/0001-49

LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT

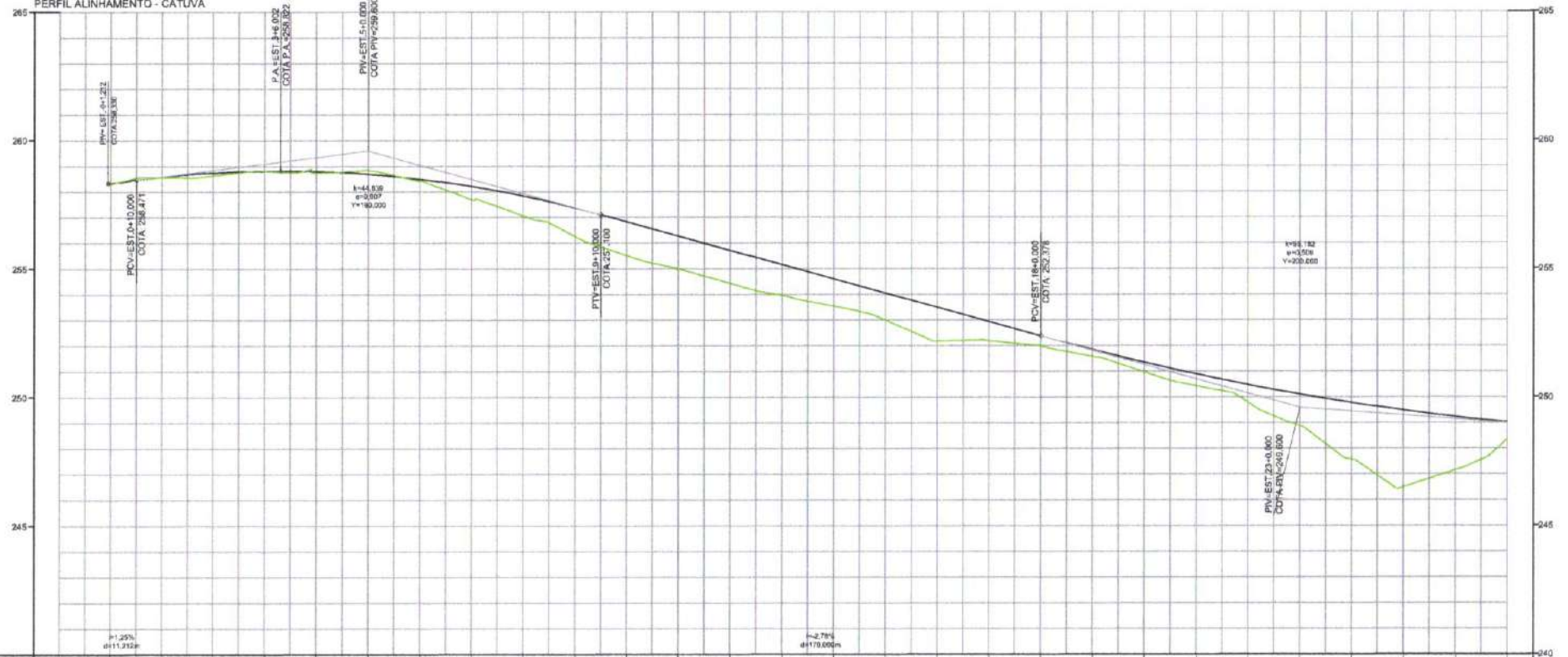
FOLHA Nº
PG-10



DET-007
ESCALA: 1:700

ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO		AUTOR DO PROJETO: <i>Janete Moreira Lopes</i> Responsável Técnica Engenheira Civil (CREA: 9742/D/RO) JANETE MOREIRA LOPES ENGENHEIRA CIVIL CREA: 9742 D/RO		JM Janete Moreira		JANETE MOREIRA Coordenação de Projetos	
LEGENDA:	DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024			OBRA: GEOMÉTRICO LINHA CATUVA			
	REVISÃO: 1º - 00/00/0000			PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT		CNPJ: 04.221.466/0001-49	
	ESCALA: INDICADAS			DESENHO:		LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT	

PERFIL ALINHAMENTO - CATUVA



COTAS TERRENO/PROJETO	258.318 258.318	258.488 258.488	258.660 258.660	258.811 258.811	258.740 258.740	258.647 258.647	258.485 258.485	257.700 257.700	257.084 257.084	256.283 256.283	255.521 255.521	254.642 254.642	253.693 253.693	252.691 252.691	251.697 251.697	250.183 250.183	249.184 249.184	248.062 248.062	246.970 246.970	245.977 245.977	245.448 245.448	244.007 244.007	243.488 243.488	242.872 242.872	242.595 242.595	242.359 242.359		
ESTAGUAMENTO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
QUILOMETRAGEM																												
PLANIMETRIA	TANGENTE L=687,283																											

ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO

AUTOR DO PROJETO:

Janete Moreira Lopes
Responsável Técnica
Engenheira Civil CREA: 9742D/R0

JANETE MOREIRA LOPES
ENGENHEIRA CIVIL
CREA: 9742 D/R0

JM
Janete Moreira



JANETE MOREIRA
Coordenação de Projetos

OBRA: GEOMÉTRICO LINHA CATUVA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
CNPJ: 04.221.486/0001-49

LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT

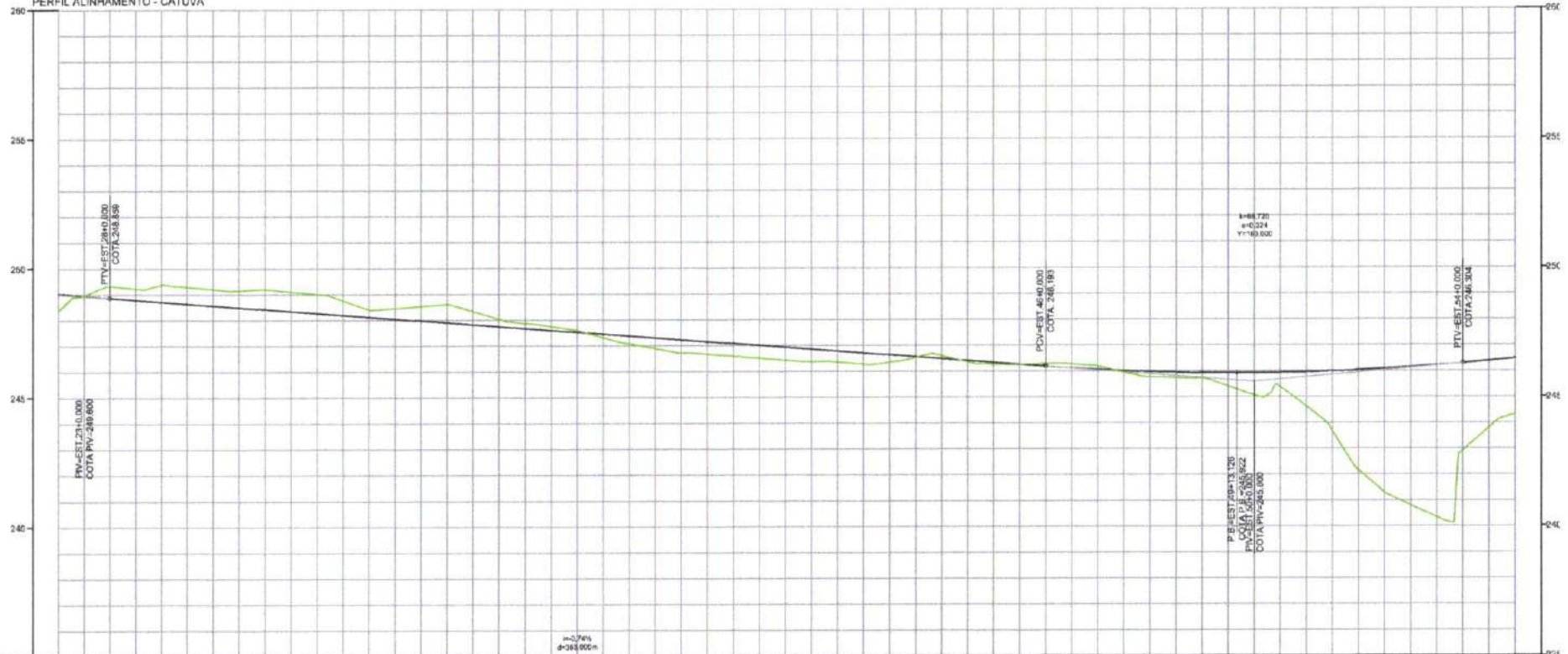
LEGENDA: DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024

REVISÃO: 1ª - 00/00/0000

ESCALA: INDICADAS

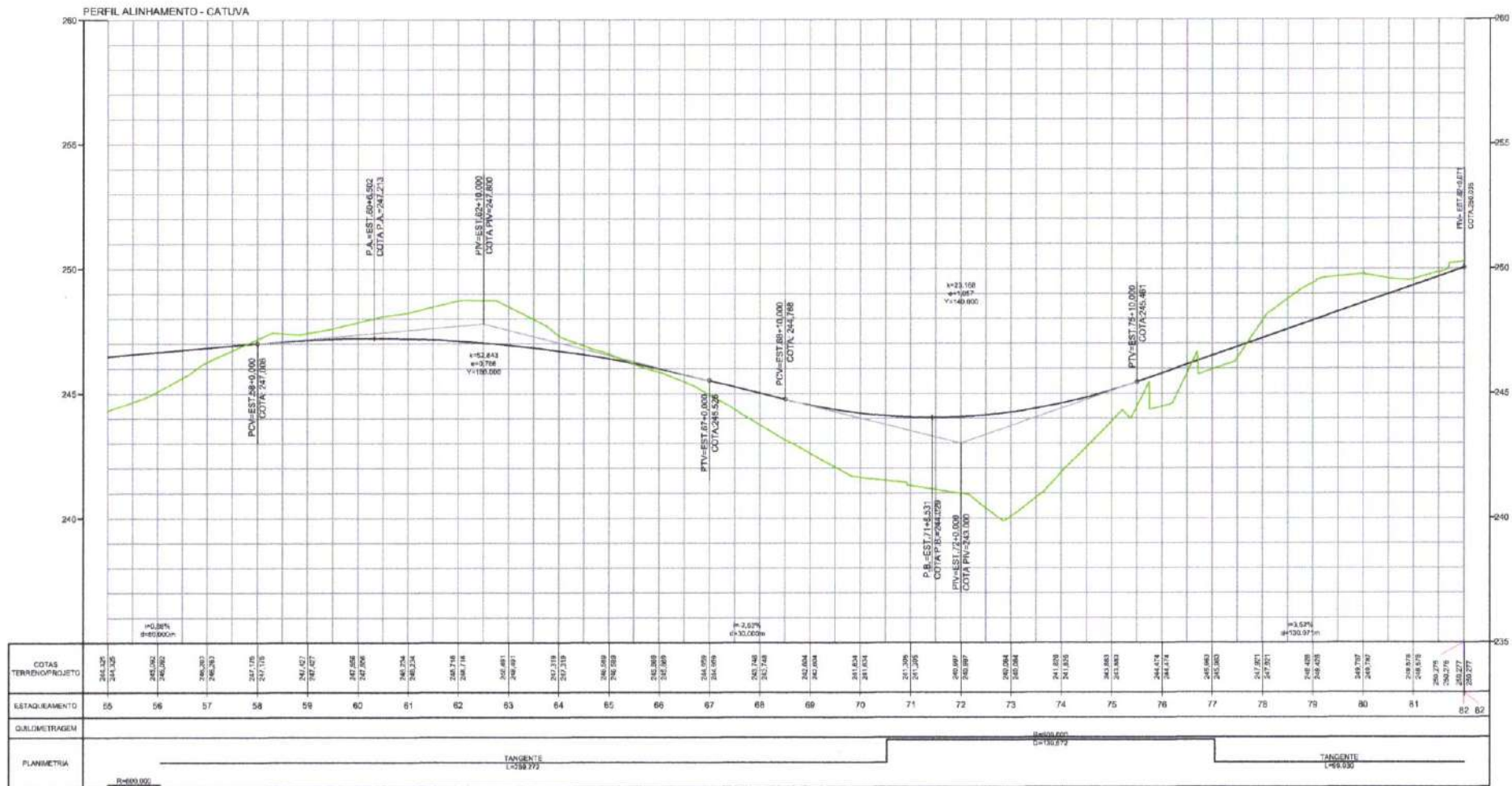
DESENHO:

PERFIL ALINHAMENTO - CATUVA



COTAS TERRENO/PROJETO	242.309 242.308	243.333 243.333	245.341 245.341	246.300 246.300	246.192 246.192	246.307 246.307	244.406 244.406	246.329 246.329	246.341 246.341	247.276 247.276	247.582 247.582	247.602 247.602	248.723 248.723	248.583 248.583	246.444 246.444	246.371 246.371	246.363 246.363	246.278 246.278	246.291 246.291	246.267 246.267	246.789 246.789	246.725 246.725	245.881 245.881	246.637 246.637	242.429 242.429	246.818 246.818	242.911 242.911	244.325 244.325	
ESTACIAMENTO	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55
QUILOMETRAGEM																													
PLANIMETRIA	TANGENTE L=87.268																R=400.000 L=91.847		TANGENTE L=25.445		R=300.000 D=182.109								

ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO		AUTOR DO PROJETO: Janete Moreira Lopes Responsável Técnica Engenheira Civil CREA 9742/D/RO		 Janete Moreira	JANETE MOREIRA Coordenação de Projetos		
LEGENDA:	DATA DA ENTREGA:	MARÇO/2024			OBRA:	GEOMÉTRICO LINHA CATUVA	
	REVISÃO:	1º - 00/00/0000			PROPRIETÁRIO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT	
	ESCALA:	INDICADAS		CNPJ:	04.221.486/0001-49		
				DESENHO:	LOCAL:	PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT	
						FOLHA Nº PG-13	



ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO

AUTOR DO PROJETO:

Janete Moreira Lopes
Responsável Técnica
Engenheira Civil (CREA: 97420/R0)

JANETE MOREIRA LOPES
ENGENHEIRA CIVIL
CREA: 9742 D/R0

JM

Janete Moreira



JANETE MOREIRA
Coordenação de Projetos

LEGENDA:

DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024

REVISÃO: 1º - 00/00/0000

ESCALA: INDICADAS

DESENHO:

OBRA: GEOMÉTRICO LINHA CATUVA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
CNPJ: 04.221.486/0001-49

LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT

FOLHA Nº
PG-14



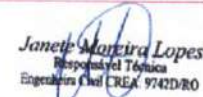
PROJETO MEIO FIO E CALÇADAS

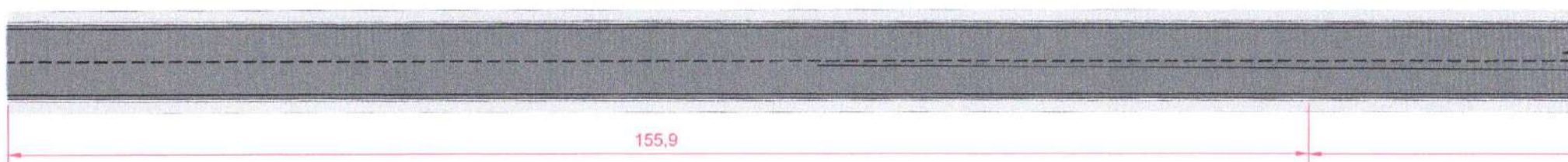


○ **PLANTA DE LOCAÇÃO**
E = 1 : 4000

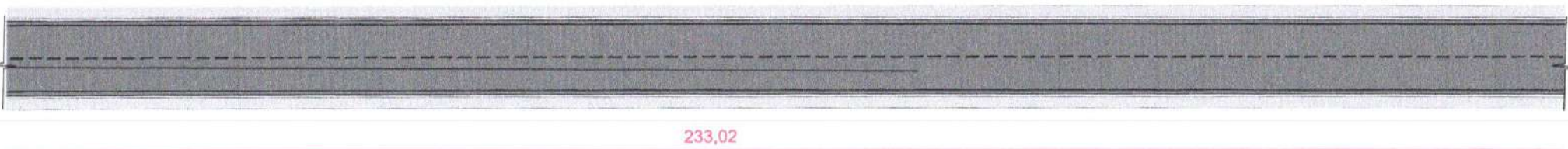


○ **PLANTA DE SITUAÇÃO**
SEM ESCALA

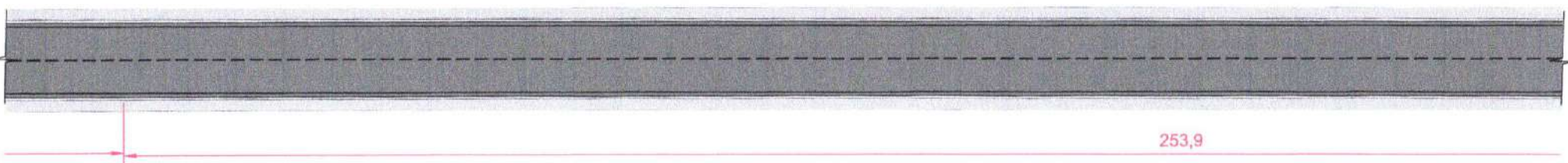
ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO		AUTOR DO PROJETO:		JANETE MOREIRA Coordenação de Projetos	
LEGENDA:	DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024	 Janete Moreira Lopes Responsável Técnica Engenheira Civil CREA: 9742/R0 JANETE MOREIRA LOPES ENGENHEIRA CIVIL CREA: 9742 DVRO		OBRA: MEIO-FIO E CALÇADA LINHA CATUVA	
	REVISÃO: 1º - 00/00/0000			PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT CNPJ: 04.221.486/0001-49	
	ESCALA: SEM ESCALA			DESENHO:	LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT
					FOLHA Nº PG-01



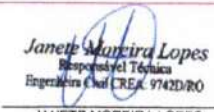


○ DET001
E = 1 : 500

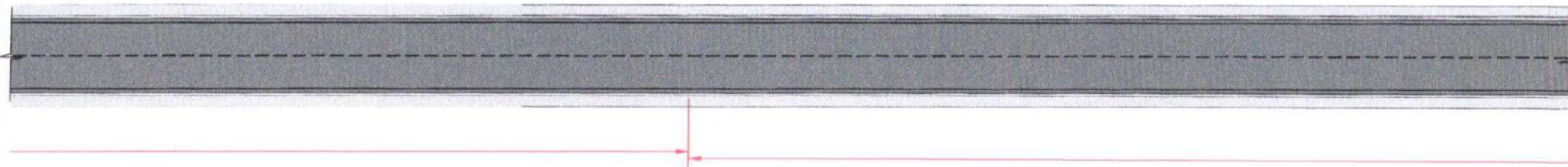


○ DET002
E = 1 : 500

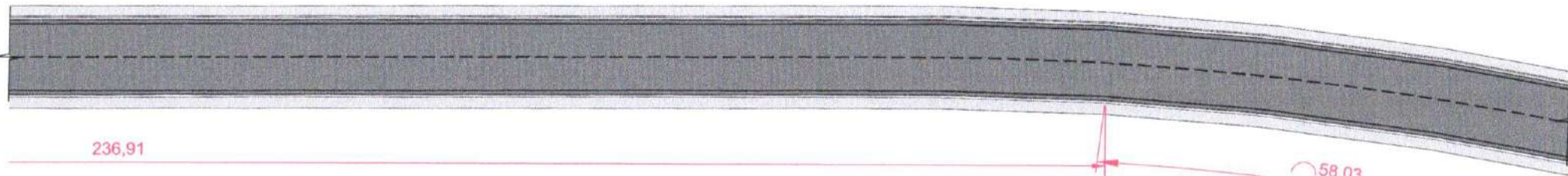


○ DET003
E = 1 : 500

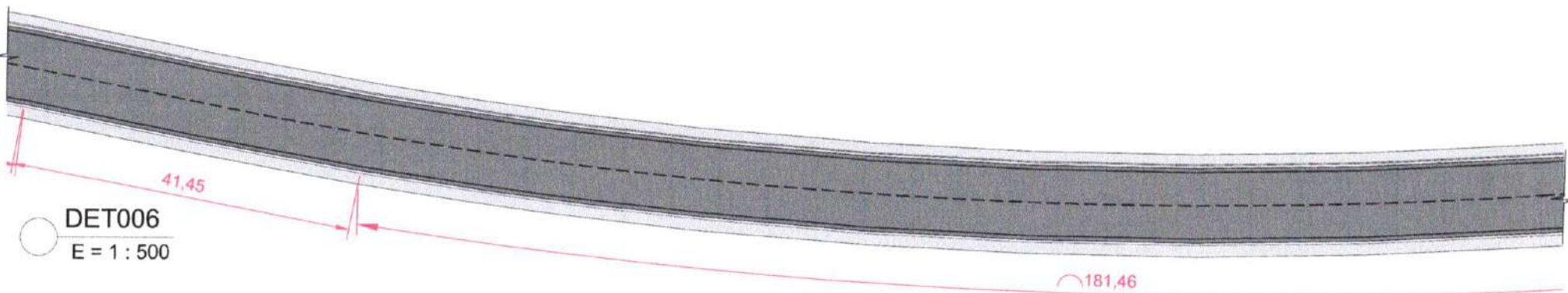
ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO		AUTOR DO PROJETO:		JANETE MOREIRA Coordenação de Projetos	
LEGENDA:	DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024	 Janete Moreira Lopes Responsável Técnica Engenheira Civil CREA: 9742/D/RO <hr/> JANETE MOREIRA LOPES ENGENHEIRA CIVIL CREA: 9742 D/RO		 Janete Moreira 	OBRA: MEIO-FIO E CALÇADA LINHA CATUVA
	REVISÃO: 1º - 00/00/0000				PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
	ESCALA: SEM ESCALA				CNPJ: 04.221.486/0001-49
DESENHO:		LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT	FOLHA Nº PG-02		





○ DET004
E = 1 : 500

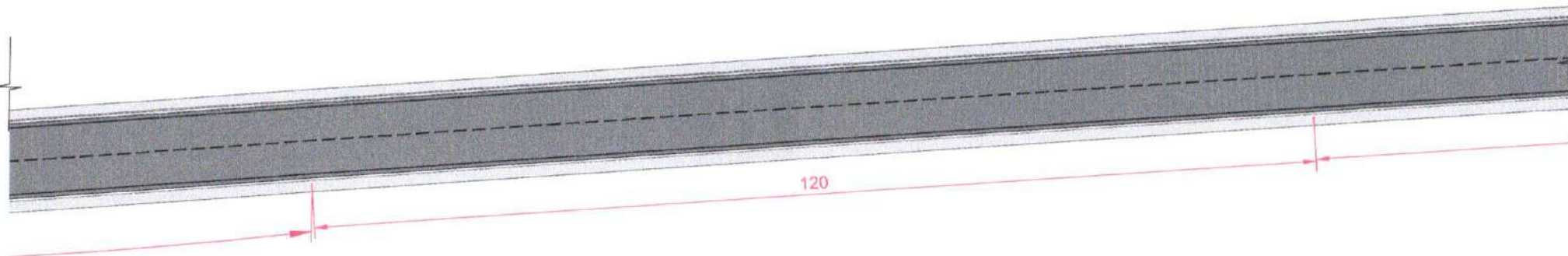


○ DET005
E = 1 : 500

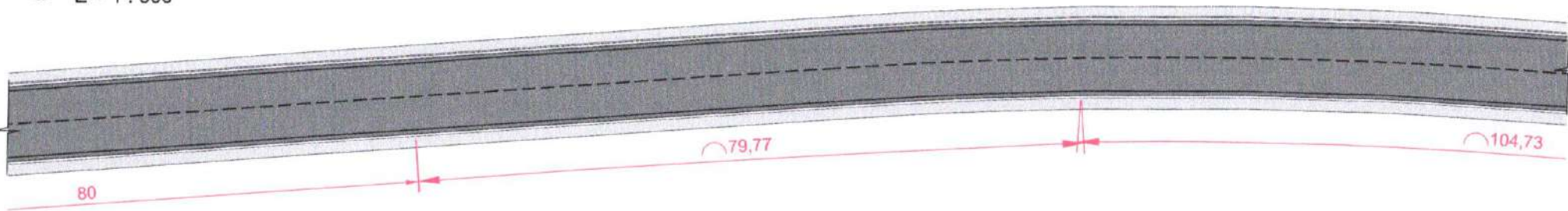


○ DET006
E = 1 : 500

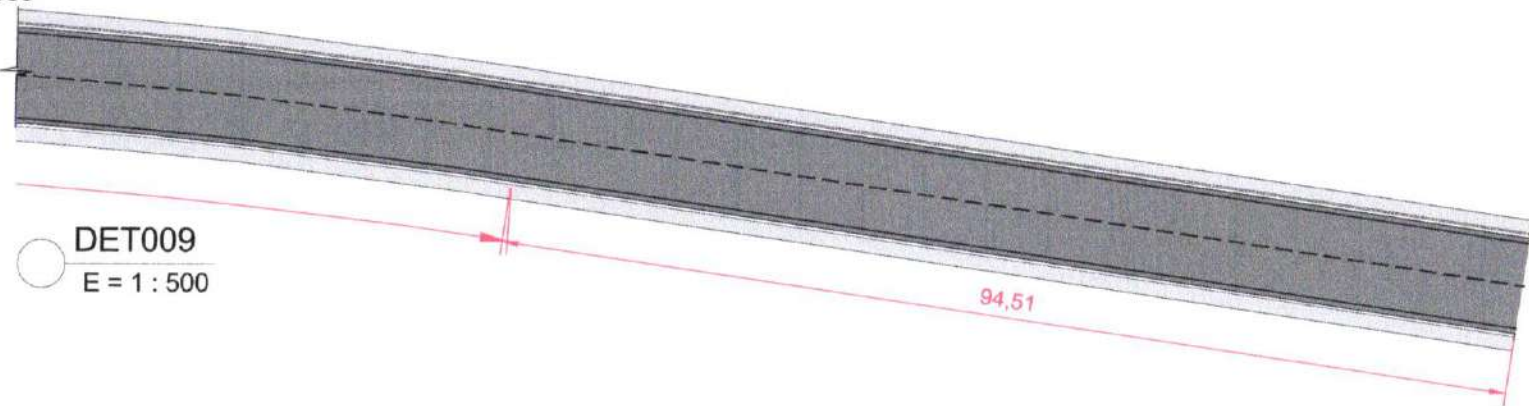
ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO		AUTOR DO PROJETO:		JANETE MOREIRA Coordenação de Projetos	
LEGENDA:	DATA DA ENTREGA: MARÇO/2024	 Janete Moreira Lopes Responsável Técnica Engenharia Civil CREA: 97422/R0 JANETE MOREIRA LOPES ENGENHEIRA CIVIL CREA: 9742 D/R0		 Janete Moreira	OBRA: MEIO-FIO E CALÇADA LINHA CATUVA
	REVISÃO: 1º - 00/00/0000				PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
	ESCALA: SEM ESCALA				CNPJ: 04.221.486/0001-49
DESENHO:				LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT	FOLHA Nº PG-03



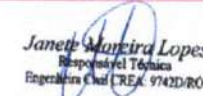

○ DET007
E = 1 : 500



○ DET008
E = 1 : 500

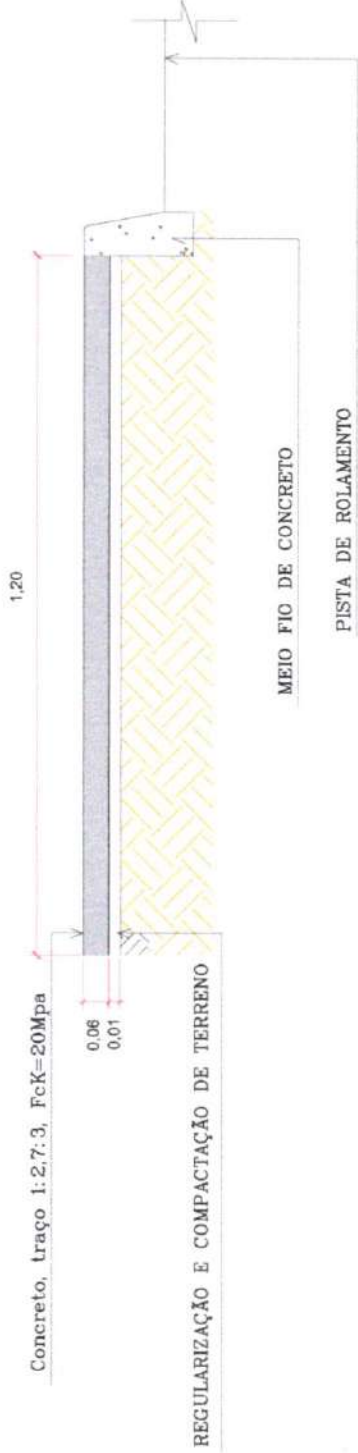


○ DET009
E = 1 : 500

ASSUNTO: PROJETO GEOMÉTRICO		AUTOR DO PROJETO:		JANETE MOREIRA Coordenação de Projetos		
LEGENDA:	DATA DA ENTREGA:	MARÇO/2024	 Janete Moreira Lopes Responsável Técnica Engenharia Civil (CREA: 97422/R0) JANETE MOREIRA LOPES ENGENHEIRA CIVIL CREA: 9742 D/RO	 Janete Moreira	OBRA:	MEIO-FIO E CALÇADA LINHA CATUVA
	REVISÃO:	1ª - 00/00/0000			PROPRIETÁRIO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
	ESCALA:	SEM ESCALA			CNPJ:	04.221.486/0001-49
DESENHO:				LOCAL:	PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT	
					FOLHA Nº	PG-04

SEÇÃO TRANSVERSAL DA CALÇADA

SEM ES. ALA

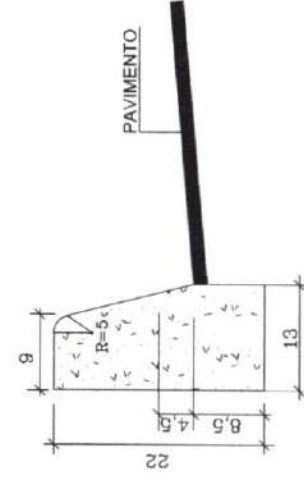


Obs: medidas em m

NOTAS:

- 1- Dimensões em Cm
 - 2- Em geral os meio fios serão moldados "in loco" por extrusão (formas deslizantes)
 - 3- As quantidades de formas indicadas aplicam-se ao caso de meios-fios moldados "in loco" por processo convencional
- OBSERVAÇÕES
- 1- Dimensões em Cm
 - 2- Em geral os meio fios serão moldados "in loco" por extrusão (formas deslizantes)
 - 3- As quantidades de formas indicadas aplicam-se ao caso de meios-fios moldados "in loco" por processo convencional

MEIO-FIO DE CONCRETO



DETALHE DO MEIO FIO

CONSUMO MÉDIO	
ÁREA MÉDIA	0.015m ² /m
CONCRETO USINADO	0.063m ³ /m
ARGAMASSA	0.003m ³ /m

ASSUNTO:

PROJETO GEOMÉTRICO

AUTOR DO PROJETO:

Janete Moreira Lopes
 Engenheira Civil
 CREA: 9742/D-RO
 JANETE MOREIRA LOPES
 ENGENHEIRA CIVIL
 CREA: 9742 D/RO

LEGENDA:

DATA DA ENTREGA:	MARÇO/2024
REVISÃO:	1º - 00/00/0000
ESCALA:	SEM ESCALA

DESENHO:

SEM ESCALA



Janete Moreira



OBRA: MEIO-FIO E CALÇADA LINHA CATUVA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA - MT
 CNPJ: 04.221.486/0001-49

LOCAL: PERÍMETRO URBANO DE RONDOLÂNDIA-MT

JANETE MOREIRA
 Coordenação de Projetos



VOLUME 1/1

Obra:

PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS COM DRENAGEM SUPERFICIAL E CALÇADAS NA LINHA 07 CATUVA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT

2024

Local:

LINHA 07 CATUVA
INÍCIO (10°46'17.79"S - 61°26'55.07"O) FINAL (10°45'26.08"S - 61°26'55.24"O)



Cidade:

RONDOLÂNDIA / MT

Anexos:

- CONTRATO FINISA 0621850-45

Responsável Técnico:

Janete Moreira Lopes
Responsável Técnica
Engenheira Civil - CREA: 9742D/RO

DOCUMENTOS

Contrato – nº 0621.850-45

Grau de sigilo
#PÚBLICO

**CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE,
ENTRE SI, FAZEM A CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL E O MUNICÍPIO DE
RONDOLÂNDIA/RO DESTINADO AO APOIO
FINANCEIRO PARA O FINANCIAMENTO DE
DESPESAS DE CAPITAL, CONFORME PLANO
DE INVESTIMENTO – COM RECURSOS DO
FINISA: PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À
INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO.**

Por este instrumento, as partes adiante nominadas e qualificadas, representadas como ao final indicado, têm justo e contratado, entre si, a concessão de **FINANCIAMENTO**, na forma a seguir ajustada:

I – AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília-DF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, neste ato representada pela Superintendente de Governo de Rondônia, Sra. Marta Helena Castro de Oliveira, brasileira, casada, Bancária, portador da carteira de identidade RG 346469 SSP/RO, CPF nº 348.792.262-20, com domicílio situado à Estrada Santo Antônio, 4761, Triângulo, Porto Velho/RO, CEP 76804-673, doravante designada simplesmente **CAIXA**

II – TOMADOR – MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.221.486/0001-49, representado pelo **JOSE GUEDES DE SOUZA**, CPF nº 142.993.052-72., RG nº 166093 SSP-RO, brasileiro, casado, Pecuarista, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado **TOMADOR**.

CAIXA e **TOMADOR**, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES**.

CONSIDERANDO,

I – a manifestação favorável quanto à verificação dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito, na forma do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, por meio do por meio do Ofício N° 186/2023/CEGOV;

II – a adimplência do **TOMADOR** com a **CAIXA** e as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a inexistência de pendências de registro no Sistema de Registro de Operações com o Setor Público (CADIP), bem como a comprovação das adimplências a que se referem art. 16 e o inciso VIII do art. 21 da Resolução nº 43, de 2001 do Senado Federal: INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária), RFB/PGFN (Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União), e o cumprimento do disposto no inciso IV do § 10º do art. 97 do ADCT (EC 62/2009).

III – a entrega de parecer jurídico atualizado do contratante sobre o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à operação de crédito;

IV – a Autorização Legislativa para contratação de operação de crédito, por meio da Lei Autorizadora de nº 549/2023, de 29 de Junho de 2023, publicada no Diário Oficial do **TOMADOR**;

V – os limites estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.995/22;

VI – que os recursos foram captados no mercado pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**;

VII – considerando, ainda, que cada expressão abaixo tem, para efeito deste **CONTRATO**, o seguinte significado:

BACEN – Banco Central do Brasil.

CADIP – Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

CDI – Certificado de Depósitos Interfinanceiros/Interbancários, divulgado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, por meio do endereço eletrônico <http://www.cetip.com.br>.

Contrato – nº 0621.850-45

CONTA VINCULADA – É a conta bancária individualizada, aberta pelo **TOMADOR** em seu nome, em agência da Caixa Econômica Federal, com a finalidade específica de registrar os recursos financeiros relativos ao(s) desembolso(s).

DESEMBOLSO DE RECURSOS – É a movimentação de recursos originados do presente financiamento para a **CONTA VINCULADA**, feita pela **CAIXA**, após solicitação do **TOMADOR**.

DIA ELEITO – É aquele definido para que o **TOMADOR** efetue o pagamento de suas prestações.

DÍVIDA VINCENDA – Significa a dívida composta pelas liberações, suas respectivas amortizações, e que é base de cálculo para os encargos previstos neste instrumento.

FIEL DEPOSITÁRIO – Pessoa jurídica que assume o encargo pela boa guarda, conservação e entrega dos livros e/ou documentos fiscais, notas fiscais, faturas, duplicatas ou outros documentos que lhe pertencem, decorrentes das operações de compra, referentes à aplicação dos recursos objeto deste **CONTRATO**, bem como dos documentos fiscais referentes à prestação de serviços realizados.

FINISA – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

INADIMPLÊNCIA FINANCEIRA – Para fins do disposto neste **CONTRATO**, a inadimplência de quaisquer obrigações financeiras será caracterizada na ocorrência de não pagamento do serviço da dívida, seja na fase de carência ou na fase de retorno, compreendendo no todo ou em parte, do principal, encargos, juros de mora, multas, tarifas e acessórios, entre outras obrigações financeiras, conforme previsto neste **CONTRATO**.

JUROS – Significa a taxa nominal negociada para este **CONTRATO**, previsto na **CLÁUSULA QUINTA**;

LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Trata-se das Leis Orçamentárias do **TOMADOR**, que são o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, devendo estar previstas nessas leis as ações/projetos a serem financiadas com recursos deste **CONTRATO**:

- PPA: Lei 511/2021, de 02/12/2021, publicada no Diário Oficial dia 03/12/2021;

Contrato – nº 0621.850-45

- LDO: Lei 534/2022, de 31/10/2022, publicada no Diário Oficial dia 01/11/2022; e,
- LOA: Lei 539/2022, de 29/12/2022, publicada no Diário Oficial dia 24/01/2022.

LIBERAÇÃO DE RECURSOS – É a movimentação dos recursos disponíveis na **CONTA VINCULADA**, solicitada pelo **TOMADOR** ou pelo **AGENTE PROMOTOR** à **CAIXA**, para pagamento dos bens adquiridos e serviços prestados, conforme **PROJETOS/AÇÕES** previstos na **LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**.

PROJETOS/AÇÕES – São os **PROJETOS/AÇÕES** previstos na **LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** a serem executados pelo **TOMADOR** com recursos deste **CONTRATO**, conforme **ANEXO I**.

RECOMPOSIÇÃO – É a devolução de valores à **CAIXA** com a concomitante redistribuição do valor devolvido no cronograma de desembolso, para nova utilização.

RESSARCIMENTO – É a devolução de valores à **CAIXA** com a concomitante redução do Valor do Empréstimo e amortização do saldo devedor.

SAC – Sistema de Amortização Constante.

VISITA DE CONSTATAÇÃO – Visita técnica que tem como objetivo constatar se a execução financeira das obras e/ou aquisição de máquinas/veículos/equipamentos/mobiliários está sendo realizada conforme descrito na documentação apresentada pelo **TOMADOR**.

Têm, entre si, justo e acordado o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 A **CAIXA** concede ao **TOMADOR** financiamento no valor de R\$ 10.000.000,00 (Dez Milhões de Reais), proveniente de recursos ordinários da **CAIXA**, com a finalidade única e exclusiva de financiar as Despesas Capital, discriminadas no **ANEXO I**, previstas na **LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do ano de 2022 e dos exercícios financeiros subsequentes e suas suplementações e conforme lei Autorizativa nº549/2023, de 29 de Junho de 2023, a saber: Pavimentação Urbana de Ruas e Avenidas;

Contrato – nº 0621.850-45

Conservação de ruas urbanas pavimentadas; Reforma, ampliação e construção de prédios públicos; Implantação e construção de centros esportivos/ginásios e quadras.

- 1.2** É vedada a aplicação dos recursos obtidos com o presente financiamento em Despesas Correntes nos termos do artigo 35, §1º, inciso I, da Lei Complementar de nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- 1.3** A presente operação de crédito encontra-se devidamente enquadrada no limite de endividamento público no âmbito da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.995/22, seus aditamentos e alterações, requerendo confirmação nos termos da **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DO CRÉDITO

- 2.1** É de inteira e exclusiva responsabilidade do **TOMADOR** a execução das ações e atividades, obras de engenharia civil, a aquisição de bens e serviços e quaisquer outros investimentos, enquadrados como Despesas de Capital, que venham a ultrapassar o valor inicialmente previsto nos **PROJETOS/AÇÕES** citados neste **CONTRATO**.
- 2.2** É vedada a destinação dos recursos para pagamento de despesa realizada em data anterior à assinatura deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1 DO PRAZO DE DESEMBOLSO

- 3.1.1** O prazo para o desembolso do crédito deste **FINANCIAMENTO** é de até 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura deste contrato.

3.2 DO PRAZO PARA REALIZAÇÃO DO 1º DESEMBOLSO

- 3.2.1** O prazo para realização do 1º desembolso é de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura deste **CONTRATO**.

3.3 DO PRAZO TOTAL DO FINANCIAMENTO

3.3.1 O prazo total deste **CONTRATO** é de 120 meses, compostos por um período de carência de 24 meses, e um período de amortização de 96 meses.

3.4 DO PRAZO DE CARÊNCIA

3.4.1 O período de carência será de 24 meses, contados a partir da data de assinatura deste **CONTRATO**, considerando como primeiro, o mês subsequente ao da contratação.

3.4.2 O término da carência é 02/09/2025.

3.5 DO PRAZO DE RETORNO

3.5.1 Este **CONTRATO** será amortizado em 96 meses contados a partir do mês seguinte ao do término de carência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS

4.1 NA CARÊNCIA

4.1.1 Durante esta fase e após o primeiro desembolso, serão devidos e cobrados, mensalmente, Juros de Carência.

4.1.2 Os Juros de Carência terão como base de cálculo a Dívida Vincenda existente no dia anterior ao **DIA ELEITO** e a Taxa de Juros estipulada na **CLÁUSULA QUINTA**.

4.2 NO RETORNO

4.2.1 As prestações, mensais e sucessivas, serão calculadas segundo o Sistema SAC.

Contrato – nº 0621.850-45

- 4.2.2** As prestações, compostas por cotas de Amortização e Juros Contratuais, terão como base de cálculo a Dívida Vincenda existente no dia anterior ao **DIA ELEITO** e a Taxa de Juros estipulada na **CLÁUSULA QUINTA**.
- 4.2.3** O **DIA ELEITO** para o **TOMADOR** corresponde ao dia 02 de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – DOS JUROS

- 5.1** Sobre a **DÍVIDA VINCENDA**, tanto na fase de carência quanto na fase de retorno, incidirão juros correspondentes a 141,60% (cento e quarenta e um vírgula sessenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do Certificado de Depósitos Interfinanceiros – CDI ao ano.
- 5.1.1** O cálculo de Juros previsto no item 5.1, observará a equação presente no **ANEXO IV**.
- 5.2** Observado o estabelecido abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa CDI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista no presente **CONTRATO**, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa CDI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do **TOMADOR** quanto por parte da **CAIXA**, quando da divulgação posterior da Taxa CDI que seria aplicável.
- 5.3** Na hipótese de extinção, suspensão, falta de divulgação por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa CDI, fica, desde já, convencionado que a **CAIXA** e o **TOMADOR** poderão, mediante mútuo e prévio acordo por escrito, adotar para as mesmas finalidades, índices ou taxas que vierem a ser divulgados e determinados pelas autoridades competentes, ou, na falta de sua divulgação, os índices, taxas ou bases de remuneração substitutas e que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias.

CLÁUSULA SEXTA – DA COBRANÇA

- 6.1** **PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA** – a cobrança do principal e encargos será feita da seguinte forma:

Contrato – nº 0621.850-45

- 6.1.1** A **CAIXA** expedirá Aviso de Cobrança ao **TOMADOR**, para que este promova a liquidação de suas obrigações até o **DIA ELEITO** em qualquer Agência da **CAIXA**.
- 6.1.2** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o **TOMADOR** da obrigação de pagar as prestações do principal e dos encargos nas datas estabelecidas neste **CONTRATO**.
- 6.1.3** Neste ato, o **TOMADOR** também autoriza a **CAIXA**, em caráter irrevogável e irretratável, a debitar em sua conta corrente de nº **006.71091-8**, mantida na Agência **AG. 1823-CACOAL**, os montantes necessários ao pagamento de cada prestação de principal e/ou encargos, nos respectivos vencimentos, bem como **TARIFAS, COMISSÕES, TAXAS E MULTAS** até o encerramento dos compromissos assumidos neste Contrato e sua total liquidação.
- 6.1.4** **Vencimento em dias feriados** - ocorrendo vencimento em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, este será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esta data, se iniciando, também a partir desta data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.
- 6.1.5** A **CAIXA** manterá à disposição do **TOMADOR** as informações, dados e cálculos que servirem de base para apuração dos valores devidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO FINANCEIRO

- 7.1** Na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação financeira deste **CONTRATO**, os débitos em atraso ficarão sujeitos, a partir da data do inadimplemento, sem prejuízo das demais sanções previstas neste **CONTRATO**, aos seguintes encargos:
- I. multa, de 3% (três por cento) sobre o valor da dívida vencida e não paga;
 - II. juros remuneratórios contratados para o período de adimplência da operação, previstos na **CLÁUSULA QUINTA**; e
 - III. juros moratórios de 12% a.a. (doze por cento ao ano), incidentes sobre o saldo devedor vencido, que serão calculados, dia a dia, até a data da efetiva liquidação do débito.

Contrato – nº 0621.850-45

- 7.1.1** Nos casos em que o valor oferecido em pagamento for insuficiente para liquidação do débito em atraso, e caso a **CAIXA** admita o pagamento parcial da dívida vencida, esse procedimento não importará em novação da dívida, nem poderá ser invocado como causa suficiente para interromper ou elidir a mora ou exigibilidade imediata da obrigação.
- 7.2** Sobre as parcelas vincendas da dívida continuarão a ser aplicados os juros contratuais.
- 7.3** Na hipótese de ocorrer a imediata exigibilidade da dívida, incidirão sobre todo o disposto o saldo devedor, a pena convencional, juros moratórios, juros contratuais, previstos neste **CONTRATO**.

CLÁUSULA OITAVA – DA PENA POR VENCIMENTO ANTECIPADO

- 8.1** O **TOMADOR**, nas hipóteses de vencimento antecipado, fica sujeito à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o montante dos recursos liberados e não aplicados na forma contratualmente ajustada, ou que não tenha ocorrido o aceite pela **CAIXA**, na forma e prazos ora pactuados.
- 8.2** Além da multa prevista acima, caso seja declarado o vencimento antecipado da dívida por quaisquer dos motivos listados na **CLÁUSULA DÉCIMA NONA** e tenham ocorrido despesas operacionais após a contratação desta operação objetivando sua eficácia, ou outras que porventura sejam pertinentes, o **TOMADOR** deve ressarcir a **CAIXA** tais despesas, limitadas a 1% (um por cento) do **VALOR DO FINANCIAMENTO**.

CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

- 9.1** O **TOMADOR** poderá realizar a liquidação antecipada da dívida, bem como pagamentos extraordinários para amortizar a dívida, desde que a quantia amortizada corresponda ao valor mínimo de 02 (duas) prestações.
- 9.1.1** Os recursos provenientes de rendimento de aplicação financeira não observam o valor mínimo de 02 (duas) prestações, conforme item acima, e podem ser utilizados a qualquer momento.

Contrato – nº 0621.850-45

- 9.2** Para qualquer evento, liquidação antecipada da dívida ou amortização extraordinária, serão cobradas as taxas previstas nas **CLÁUSULAS QUARTA - DOS ENCARGOS e QUINTA - DOS JUROS**, aplicadas sobre o saldo devedor atualizado *pro rata* até a data prevista de liquidação, conforme fórmulas abaixo, em sua integralidade, de forma a assegurar o retorno à **CAIXA** dos custos operacionais, de captação e de capital alocado para o presente **FINANCIAMENTO**.
- 9.3** O Saldo Devedor para Liquidação Antecipada será igual ao saldo devedor atualizado *pro rata*, multiplicado pelo fator correspondente à taxa de juros prevista na **CLÁUSULA QUINTA – DOS JUROS**.

$$SDLA = SD \times (1 + \text{preencher com o percentual do CDI} \% \times \text{CDI});$$

Onde:

SDLA = Saldo Devedor para Liquidação Antecipada; e,

SD = Saldo Devedor atualizado *pro rata*.

- 9.4** O Valor Total da Amortização Extraordinária será igual ao valor da amortização antecipada, multiplicado pelo fator correspondente ao somatório da taxa de juros acrescida de **CDI**, previstas nas **CLÁUSULAS QUARTA - DOS ENCARGOS, QUINTA - DOS JUROS e SEXTA - DA COBRANÇA**.

$$VTAE = VAE \times (1 + \text{preencher com o percentual do CDI} \% \times \text{CDI});$$

Onde:

VTAE = Valor Total da Amortização Extraordinária; e,

VAE = Valor da Amortização Extraordinária.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO INADIMPLENTO NÃO-FINANCEIRO

- 10.1** Na hipótese de atraso no cumprimento de obrigação não-financeira, o **TOMADOR** ficará sujeito a multa de 1% a.a. (um por cento ao ano), incidente sobre o saldo devedor corrigido de principal e encargo, a partir do dia seguinte fixado pela **CAIXA** ou por meio de notificação judicial ou extrajudicial, para cumprimento da obrigação inadimplida.

Contrato – nº 0621.850-45

- 10.2** Se ocorrer descumprimento de obrigação não-financeira, na hipótese de liquidação antecipada, a multa será calculada sobre o valor recebido antecipadamente pela **CAIXA**, corrigido de acordo com os critérios do subitem 9.3 deste **CONTRATO**.
- 10.2.1** Se o descumprimento de obrigação não-financeira ocorrer em operação de prestação de garantia, o saldo devedor será o da obrigação garantida.
- 10.2.2** Nas hipóteses de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista neste instrumento, o **TOMADOR** ficará sujeito, a partir da data fixada por meio de notificação judicial ou extrajudicial, ao ressarcimento dos pedidos de devolução dos recursos da **CAIXA**, acrescido dos encargos devidos na forma contratualmente ajustada até a data da efetiva liquidação do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA DE UTILIZAÇÃO

- 11.1** O desembolso dos recursos é efetuado pela **CAIXA**, mediante a solicitação do **TOMADOR**, conforme Modelo para Solicitação De Desembolsos – **ANEXO III**.
- 11.1.1** Os desembolsos deverão respeitar os totais por exercício definidos no Cronograma de Desembolso – **ANEXO II**.
- 11.1.2** O **TOMADOR** se responsabiliza pela aplicação dos recursos deste **FINANCIAMENTO** nos **PROJETOS/AÇÕES** contratados.
- 11.2** Os recursos de que trata o item 11.1 serão creditados na **CONTA VINCULADA** aberta na agência da **CAIXA - AG. 1823-CACOAL**, sob o nº.006.71092-6, cujos recursos destinam-se, obrigatoriamente, ao pagamento dos faturamentos dos **PROJETOS/AÇÕES** constantes no **ANEXO I** deste **CONTRATO** e nos documentos de solicitação de desembolso apresentados pelo **TOMADOR**, vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim que não a execução dos **PROJETOS/AÇÕES**.
- 11.3** As parcelas do **FINANCIAMENTO** a serem desembolsadas não farão jus à atualização monetária, independentemente do prazo previsto para a execução das obras e/ou serviços.

Contrato – nº 0621.850-45

- 11.4 O **TOMADOR** assume, perante a **CAIXA**, inteira responsabilidade por eventuais diferenças de atualização, reclamadas por terceiros, que porventura recaiam sobre o **FINANCIAMENTO** ora concedido.
- 11.5 A transferência dos recursos depositados na **CONTA VINCULADA** é exclusivamente para pagamento ao beneficiário de direito e ocorre mediante solicitação do **TOMADOR**, devendo ser apresentada listagem contendo as despesas a serem pagas com os respectivos dados bancários das contas de destino, observadas as rubricas orçamentárias constantes no Anexo I deste **CONTRATO**.
- 11.6 O prazo para o **TOMADOR** comprovar à **CAIXA** a aplicação dos recursos desembolsados é contado a partir da data do depósito dos recursos na conta vinculada indicada no item 11.2.
- 11.6.1 Para a realização dos desembolsos, deve-se observar os seguintes prazos e percentuais de comprovação de aplicação dos recursos conforme tabela abaixo:

DESEMBOLSO	PRAZO DE COMPROVAÇÃO	PERCENTUAL DE COMPROVAÇÃO	RECOMPOSIÇÃO E RESSARCIMENTO DOS VALORES NÃO COMPROVADOS
1º	Até 180 dias	Não se aplica	Para o primeiro desembolso é vedada a recomposição integral do valor da parcela desembolsada, exceto para a situação de vencimento antecipado ou redução do valor financiado do contrato.

Contrato – nº 0621.850-45

Demais Desembolsos	Até 180 dias	100% dos desembolsos anteriores	Para os desembolsos intermediários é permitida a recomposição de valores não comprovados, de modo a permitir a continuidade dos desembolsos. Não havendo continuidade dos desembolsos os valores não comprovados devem ser ressarcidos à CAIXA em até 30 dias contados do fim do prazo de comprovação.
Único	Até 30 dias	Não se aplica	Ressarcir à CAIXA em até 30 dias contados do fim do prazo de comprovação.

11.6.2 Caso o **TOMADOR** não comprove aplicação dos recursos desembolsados ou a comprovação não seja fundamentada e aceita pela **CAIXA** nos prazos definidos nesta **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**, a **CAIXA** poderá suspender o desembolso, ou, a seu critério, declarar o vencimento antecipado da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

12.1 O **TOMADOR** declara e concorda que a **CAIXA** não detém competência ou atribuição para fiscalizar a atuação do **TOMADOR** nos procedimentos licitatórios, ou execução de obras e serviços sendo a **CAIXA** isenta de toda e qualquer responsabilidade ou obrigação para avaliar ou fiscalizar tais procedimentos.

12.2 O **TOMADOR** se obriga a ressarcir e/ou indenizar a **CAIXA** e seus empregados, por qualquer perda ou dano, de qualquer prejuízo financeiro ou à imagem e/ou qualquer quantia que vier a ser compelida a pagar por conta de decisões judiciais transitadas

Contrato – nº 0621.850-45

em julgado, decisões administrativas dentro das esferas administrativa, legislativa e/ou jurídica, ou procedimentos de arbitragem ou inquéritos civis e procedimentos investigatórios promovidos pelo Ministério Público ou ações civis públicas ou Termos de Ajustamento que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado aos procedimentos licitatórios e de fiscalização de responsabilidade do **TOMADOR** relativos ao objetivo deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TARIFAS, TAXAS E MULTAS

- 13.1** Tarifas pós-contratuais podem ser cobradas pela **CAIXA**, conforme Tabela de Tarifas publicada e afixada em suas agências, tarifas estas cobradas individualmente, pagas pelo **TOMADOR** no momento do recebimento da solicitação do evento pela **CAIXA**.
- 13.2** As alterações contratuais motivadas por iniciativa da **CAIXA**, em decorrência de normas legais e/ou infralegais não serão objeto de cobrança de tarifas, taxas ou multas.
- 13.3** O **TOMADOR** obriga-se a reembolsar a **CAIXA** por todas as multas e penalidades a esta impostas pelo **BACEN**, por atrasos ou cancelamentos de desembolsos, decorrentes de fatos imputáveis ao **TOMADOR**, tais como atraso ou irregularidade nas obras, serviços, estudos e projetos, ou por estar o **TOMADOR** em situação cadastral irregular, comprovada por documentos, que não lhe permita receber recursos da **CAIXA**.
- 13.4** O **TOMADOR** autoriza, desde já, a cobrança de Comissão de Estruturação devida de 2,00% (dois por cento) sobre o valor total do **FINANCIAMENTO** em favor da **CAIXA**, a ser paga com recursos próprios.
- 13.4.1** A Comissão de Estruturação será paga pelo **TOMADOR** **sendo no mínimo 1,00% em até dois dias úteis após a assinatura deste contrato e, 1,00% previamente ao primeiro desembolso.**
- 13.4.2** O recurso que trata esta comissão não é valor financiável e não faz parte do valor a ser garantido.
- 13.5** A eventual tolerância da **CAIXA** quanto aos direitos instituídos por este **CONTRATO**, inclusive sobre a cobrança, ou, eventual não cobrança de multas, taxas e outras tarifas, não importará alteração, novação ou renúncia dos referidos direitos, que poderão ser exercidos pela **CAIXA** a qualquer tempo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE POR EVENTUAIS
TRIBUTOS OU ENCARGOS**

- 14.1 Fica expressamente acordado entre o **TOMADOR** e a **CAIXA** que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos (incluindo quaisquer impostos, taxas e/ou contribuições devidos), relacionados à celebração, registro ou execução e acompanhamento do presente **CONTRATO** e da garantia nele prevista, ou, de qualquer alteração, serão de responsabilidade e correrão por conta do **TOMADOR**, inclusive o acompanhamento por parte da **CAIXA** no que seja pertinente às visitas de constatação e inspeções que serão realizadas, mesmo na hipótese de cancelamento parcial ou total do crédito aberto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS GARANTIAS

- 15.1 Em garantia ao pagamento do **FINANCIAMENTO** ora concedido, demais obrigações contraídas neste **CONTRATO**, e recomposição de valor liberado e não comprovado nos termos pactuados, o **TOMADOR** oferece à **CAIXA**:

15.2 VINCULAÇÃO DE RECEITA DO ENTE DA FEDERAÇÃO

- 15.2.1 O **TOMADOR** outorga à **CAIXA**, nesta data, poderes irrevogáveis e irretroatáveis para, em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado da dívida, efetuar o bloqueio e repasse dos recursos decorrentes da arrecadação de receitas provenientes do **FPM**, conforme estabelecido nos Artigos 157 e 158 e nos incisos I e II do Artigo 159 da Constituição Federal de 1988, e pela Lei Municipal nº 549, de 29 de Junho de 2023, publicada Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, em 29/06/2023, até o limite do saldo devedor atualizado.
- 15.2.2 Em decorrência da vinculação da receita ora constituída, e para o efeito de assegurar a efetividade das garantias oferecidas neste instrumento, o **TOMADOR**, como forma e meio de efetivo pagamento integral da dívida, cede e transfere à **CAIXA**, em caráter irrevogável e irretroatável, os créditos efetuados na(s) sua(s) conta(s) de depósito, mantida(s) no **BANCO DO BRASIL S/A**. A cessão ora estipulada se faz a título “pro solvendo” e nos exatos valores a serem requisitados por escrito pela **CAIXA**.
- 15.2.2.1 Na ocorrência de inadimplemento por parte do **TOMADOR**, a **CAIXA** solicita ao **BANCO DO BRASIL S/A** a retenção dos recursos do **FPM**, destinando-os à quitação do encargo, nos termos do **ACORDO OPERACIONAL** firmado entre a **CAIXA** e o **BANCO DO BRASIL S/A**, em 23/03/1998, o qual regulamenta esse procedimento.

15.2.2.1.1 Fica o **TOMADOR** ciente neste ato que, por força do acordo operacional supracitado, o **BANCO DO BRASIL** comprometeu-se a:

- I. não acatar contraordem de pagamento do **TOMADOR**, exceto quando se tratar de ordem judicial;
- II. obedecer à ordem de priorização estabelecida para liquidação de dívidas, qual seja; dívidas junto ao Tesouro Nacional, junto ao **BANCO DO BRASIL S/A** e junto à **CAIXA**;
- III. pagar à **CAIXA**, no prazo de até 02 (dois) dias úteis bancários a partir da efetiva retenção de que trata o subitem anterior, as quantias suficientes à quitação das obrigações vencidas, levando a débito daquela conta os valores correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OUTRAS OBRIGAÇÕES

16.1 Constituem obrigações do **TOMADOR**, independentemente de outras previstas neste **CONTRATO**:

- I. manter-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – **FGTS**, o Instituto Nacional de Seguridade Social - **INSS** e a **CAIXA**;
- II. realizar os **PROJETOS/AÇÕES** com o devido empenho e eficiência e de acordo com normas e práticas técnicas, econômicas, financeiras, gerenciais, ambientais e sociais confiáveis;
- III. contratar e/ou adquirir os bens, obras e serviços para os quais foram destinados recursos deste **CONTRATO** de acordo com a legislação em vigor;
- IV. garantir que todos os bens, obras e serviços para os quais foram destinados os recursos deste **FINANCIAMENTO** sejam utilizados exclusivamente para o cumprimento dos objetivos dos **PROJETOS/AÇÕES** constantes nas rubricas orçamentárias relacionadas no Anexo I deste **CONTRATO**;
- V. manter procedimentos adequados para registrar o andamento de suas respectivas partes dos **PROJETOS/AÇÕES**, inclusive o custo e os benefícios dele resultantes, com o objetivo de identificar os bens, as obras e os serviços para os quais foram destinados recursos deste **FINANCIAMENTO** e divulgar o seu uso nos **PROJETOS/AÇÕES**, bem como fornecer esses registros à **CAIXA**;
- VI. manter todos os registros – contratos, pedidos, faturas, cobranças, recibos e outros documentos – que comprovem as despesas relacionadas às suas

Contrato – nº 0621.850-45

respectivas partes dos **PROJETOS/AÇÕES**, pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida deste **CONTRATO**;

- VII. elaborar e apresentar à **CAIXA** todas as informações que a **CAIXA** justificadamente solicitar com relação às obrigações indicadas neste instrumento;
- VIII. responsabilizar-se pelo retorno à **CAIXA** deste **FINANCIAMENTO** nos prazos e condições estabelecidos no presente **CONTRATO**;
- IX. pagar todas as importâncias devidas por força deste **CONTRATO** em Agência da **CAIXA**, em especial aquelas a que der causa por impontualidade, previstas neste **CONTRATO**;
- X. arquivar em sua contabilidade analítica, todos os documentos comprobatórios das despesas que permanecem à disposição da **CAIXA** pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida deste **CONTRATO**;
- XI. apresentar à **CAIXA**, a critério desta ou quando por esta exigido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros e/ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória referentes ao presente **CONTRATO**;
- XII. comunicar prontamente à **CAIXA** qualquer ocorrência que importe modificação dos investimentos previstos, indicando as providências a serem adotadas;
- XIII. manter vigentes, durante todo o prazo do **FINANCIAMENTO**, todas as licenças, principalmente ambientais, autorizações e demais exigências de órgãos governamentais;
- XIV. fornecer à **CAIXA**, quando for o caso, cópia das licenças ambientais relativas ao(s) empreendimento(s) objeto(s) dos **PROJETOS/AÇÕES**, e suas renovações, bem como de todas as autuações, relatórios e fiscalizações administrativas, relativas ao meio ambiente;
- XV. permitir aos representantes da **CAIXA** livre acesso, em horário comercial, a todos os documentos, informações e registros contábeis a eles pertinentes, mediante aviso prévio daquela ao **TOMADOR**, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para análise do andamento dos **PROJETOS/AÇÕES** e verificação das obrigações assumidas neste **CONTRATO**;
- XVI. apresentar à **CAIXA**, quando por esta solicitado, listagem de pendências que envolvam assuntos ambientais, relativas aos empreendimentos objetos dos **PROJETOS/AÇÕES**, consubstanciadas em ações judiciais, procedimentos administrativos ou procedimentos de arbitragem, incluindo descrição pormenorizada das respectivas pendências, montantes envolvidos e atual estágio de eventuais negociações, incluindo: autos de infração emitidos pela autoridade ambiental; inquéritos civis e procedimentos investigatórios promovidos pelo Ministério Público; ações civis públicas; Termos de Ajustamento – TAC – assinados com o Ministério Público ou órgão ambiental;
- XVII. não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do **CONTRATO**, bem como não vender ou, de qualquer forma, alienar os bens financiados sem a autorização expressa da **CAIXA**, sob pena de rescisão de pleno direito do

Contrato – nº 0621.850-45

CONTRATO, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis;

- XVIII. apresentar, preferencialmente, por meio de arquivo eletrônico, listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do **FINANCIAMENTO** a ser utilizada, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pela **CAIXA**. Em relação aos bens, deverão ser apresentadas informações de forma a comprovar que as máquinas e equipamentos são adquiridos com recursos do presente **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDICIONANTES CONTRATUAIS

17.1 CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

17.1.1 Sob pena de resolução do **CONTRATO** de **FINANCIAMENTO** fica condicionado que o **TOMADOR** deverá apresentar o presente **CONTRATO**, à **CAIXA**, devidamente registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura, observadas as exigências legais de registro deste **CONTRATO** no(s) cartório(s) competente(s), bem como de publicação do ato em meio oficial e encaminhamento de uma via do **CONTRATO** ao Tribunal de Contas do Estado ou Distrito Federal ou do Município, apresentando à **CAIXA** as competentes provas da realização desses atos, sendo este prazo prorrogável a critério da **CAIXA**.

17.1.2 O valor de financiamento do presente **CONTRATO** deverá estar dentro do limite global de endividamento do setor público ou de excepcionalidade, regulado pelo Conselho Monetário Nacional e controlado pelo **BACEN**, por meio do CADIP - Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

17.1.3 Fica condicionado ao **TOMADOR**, sob pena de resolução do presente **CONTRATO**, o pagamento à **CAIXA** da Comissão de Estruturação, definida no item 13.4 deste **CONTRATO**.

17.2 CONDIÇÕES PARA DESEMBOLSO:

17.2.1 Para utilização do **FINANCIAMENTO**, o **TOMADOR obriga-se** a cumprir, além das condições previstas nas Cláusulas de Garantias, as seguintes condições:

Contrato – nº 0621.850-45

- a) apresentação de pedido de desembolso de recursos, dentro dos prazos definidos nos subitens 3.1.1 e 3.2.1 do presente contrato, discriminando a(s) despesa(s) de capital a que se destinarão os recursos;
- b) atender integralmente as condições de eficácia, se houver, e resolutivas expressas neste **CONTRATO**;
- c) inexistência de inadimplemento de qualquer natureza, perante a **CAIXA**, e/ou de qualquer fato que, a critério da **CAIXA**, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do **TOMADOR** e, que a critério da **CAIXA**, possa afetar a segurança do crédito a ser concedido;
- d) comprovação da regularidade fiscal do **TOMADOR**, mediante consulta pela **CAIXA** da Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND ou da Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN;
- e) comprovação da regularidade previdenciária relacionada ao regime próprio de previdência social, mediante consulta pela **CAIXA** do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;
- f) comprovação da regularidade junto ao **FGTS** e à **CAIXA**;
- g) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, em relação aos **PROJETOS/AÇÕES**, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração do **TOMADOR** sobre a continuidade da validade de tal documento;
- h) quando for o caso, apresentar, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, a listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pela **CAIXA**;
- i) comprovação, mediante consulta ao Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público - CADIP, do Banco Central do Brasil, da inexistência de anotações cadastrais impeditivas em nome do **TOMADOR**;

Contrato – nº 0621.850-45

- j) observar a legislação trabalhista, especialmente as normas relativas à saúde e a segurança ocupacional, a inexistência de trabalho infantil e também da inscrição do **TOMADOR** no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 de 11/05/2016, a ser verificada pela **CAIXA**, mediante consulta na internet, no endereço <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br>;
- k) apresentação de toda a documentação necessária e suficiente para a análise, pela **CAIXA**, do Plano de Investimento, caso o início do desembolso esteja previsto para o exercício financeiro subsequente ao deste **CONTRATO**;
- l) pagamento à **CAIXA** de taxas ou tarifas ou comissões pré-contratuais, devidas pelo **TOMADOR**;
- m) em ano eleitoral deverão ser observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e disposições contidas na **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA**;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS

- 18.1 A **CAIXA** pode, a qualquer momento, mediante comunicação por escrito ao **TOMADOR**, suspender os desembolsos, na hipótese de ocorrerem, e enquanto persistirem, quaisquer das seguintes circunstâncias:
- I. mora no pagamento de importâncias devidas por força do presente contrato, independentemente da aplicação das cominações nele previstas;
 - II. irregularidade de situação do **TOMADOR** perante o **FGTS**, **INSS** e a **CAIXA**;
 - III. qualquer ato, processo ou circunstância que possa reduzir a livre administração do **TOMADOR** ou a capacidade de disposição de seus bens;
 - IV. inadimplemento, por parte do **TOMADOR**, de obrigação assumida com a **CAIXA** no presente contrato;
 - V. atraso, falta de comprovação dos pagamentos efetuados com os recursos obtidos da **CAIXA**, ou aceite da comprovação pela **CAIXA**;
 - VI. alteração de qualquer das disposições das normas legais e infralegais federais, distritais, municipais ou estaduais, que possam surtir efeitos neste **CONTRATO**, que contrarie, direta ou indiretamente, o ajustado neste **CONTRATO** e nos demais a ele vinculados;
 - VII. ocorrência de fato superveniente que venha a afetar a **CAIXA** e/ou afete a(s) garantia(s) constituída(s) para este **CONTRATO**;

Contrato – nº 0621.850-45

- VIII. descumprimento da comprovação das parcelas liberadas.
- IX. descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente instrumento de acordo com os **PROJETOS/AÇÕES** relacionados no **ANEXO I** deste **CONTRATO**;
- X. realização de declaração falsa ou incorreta pelo **TOMADOR**, no âmbito deste **CONTRATO**, ou ainda qualquer exposição de fatos ou declaração incorreta em qualquer aspecto relevante fornecida pelo **TOMADOR** à **CAIXA** para a concessão deste **FINANCIAMENTO**;
- XI. conhecimento pela **CAIXA**, a qualquer tempo, de que as atividades do **TOMADOR** geram danos ao meio ambiente, que não observem a legislação trabalhista, que utilizam mão de obra em situação análoga à condição de trabalho escravo, conforme previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 de 11/05/2016, trabalho infantil de forma não regulamentada, exploração da prostituição ou exerçam atividades ilegais, constando ou não no Cadastro de Empregadores;
- XII. demais situações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação correlata;
- XIII. em decorrência de decisão ou determinação judicial ou de órgão de controle externo ou interno, podendo ser glosados os valores que correspondam a irregularidades apontadas, sem prejuízo a outras medidas a serem tomadas.
- 18.2** Caso a suspensão dos desembolsos para as situações descritas acima não seja medida suficiente para assegurar o regular cumprimento das obrigações assumidas, poderá ser declarado o vencimento antecipado da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

- 19.1** Constituem motivos de vencimento antecipado da dívida, a critério da **CAIXA**:
- I. ineficácia da suspensão dos desembolsos para os motivos que lhe originaram;
 - II. inexatidão ou falsidade das declarações prestadas, relacionadas com o presente **CONTRATO**;
 - III. inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas neste **CONTRATO**;
 - IV. ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete a garantia constituída em favor da **CAIXA**;
 - V. a cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas neste **CONTRATO** sem prévia e expressa autorização da **CAIXA**;

Contrato – nº 0621.850-45

- VI. modificação ou inobservância dos **PROJETOS/AÇÕES** e demais documentos aceitos e integrantes do respectivo processo de contratação desta operação de crédito, sem prévio e expresso consentimento da **CAIXA**;
 - VII. conhecimento pela **CAIXA**, a qualquer tempo, de que as atividades do **TOMADOR** geram danos ao meio ambiente, que não observem a legislação trabalhista, que utilizam mão de obra em situação análoga à condição de trabalho escravo, conforme previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 de 11/05/2016, trabalho infantil de forma não regulamentada, exploração da prostituição ou exerçam atividades ilegais, constando ou não no Cadastro de Empregadores;
 - VIII. descumprimento de qualquer obrigação do **TOMADOR** prevista no presente instrumento;
 - IX. se ocorrer a incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações da espécie, ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos vigentes;
 - X. eventos de responsabilidade do **TOMADOR** que possam causar prejuízo à imagem da **CAIXA** no contexto da sociedade e do Sistema Financeiro Nacional;
 - XI. se, por ocasião de reavaliação da capacidade de pagamento do **TOMADOR**, seja constatada a perda da capacidade de pagamento e, conseqüentemente, o declínio do seu conceito de risco de crédito, não alcançando o conceito mínimo exigido pela **CAIXA**, após o primeiro desembolso.
- 19.2** Na ocorrência de aplicação de recursos em finalidade diversa da prevista na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, devidamente enquadrada pela **CAIXA**, e/ou não comprovação da aplicação dos recursos após transcorrido todos os prazos previstos neste **CONTRATO** com o respectivo aceite da **CAIXA**, além de adotar as medidas previstas nesta Cláusula e neste **CONTRATO**, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº. 7.492 de 16 de junho de 1986.
- 19.3** Nos casos de vencimento antecipado, tornam-se exigíveis, desde logo, o principal, juros e demais obrigações contratualmente ajustadas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, além dos previstos nos Artigos 333 e 1.425 do Código Civil, devendo a **CAIXA**, depois de constatada a irregularidade, notificar o **TOMADOR**, concedendo-lhe o prazo de até 60 (sessenta) dias, também a critério da **CAIXA**, contados do recebimento da notificação, para sanar qualquer dos casos acima elencados.
- 19.4** O **TOMADOR** obriga-se a dar conhecimento e/ou esclarecimento expresso e imediato à **CAIXA** da ocorrência, iminência ou veiculação de notícia a respeito de qualquer situação relacionada nos incisos das **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** e

Contrato – nº 0621.850-45**CLÁUSULA DÉCIMA NONA**, sob pena de incorrer na hipótese do inciso II do item 19.1.**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

20.1 O presente **CONTRATO** pode ser extinto, via rescisão contratual, pelo descumprimento das obrigações pactuadas, nos seguintes casos:

- I. não sendo cumprida(s) a(s) condição(ões) resolutive(s) ou impedimento para desembolso, conforme **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**;
- II. se, por ocasião de reavaliação da capacidade de pagamento do **TOMADOR**, seja constatada a perda da capacidade de pagamento e, conseqüentemente, o declínio do seu conceito de risco de crédito, não alcançando o conceito mínimo exigido pela **CAIXA**, antes da realização do primeiro desembolso;
- III. se, verificada qualquer uma das hipóteses relacionadas nas **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** e **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**;
- IV. se ocorrerem divergências entre o pedido de financiamento apresentado e/ou as premissas e parâmetros dos **PROJETOS/AÇÕES** analisados e, conseqüentemente, alterando as análises econômico-financeiras e jurídica que subsidiaram a presente contratação;
- V. se ocorrerem eventos graves que, de comum acordo entre **TOMADOR** e **CAIXA**, tornem impossíveis, ou desaconselháveis, o cumprimento das obrigações assumidas neste **CONTRATO**;
- VI. descumprimento, por parte do **TOMADOR**, do prazo para o primeiro desembolso, estipulado na **CLÁUSULA TERCEIRA**.

20.2 O presente **CONTRATO** poderá ser extinto, ainda, via rescisão, por acordo mútuo entre a **CAIXA** e o **TOMADOR**.

20.3 Tanto no caso de rescisão quanto no caso de rescisão, a extinção do pacto se operará mediante comunicação escrita, ficando o **TOMADOR** obrigado a pagar à **CAIXA** o valor equivalente a 1% (um por cento) do **VALOR DO FINANCIAMENTO**, referente a despesas operacionais ocorridas.

20.4 O valor apurado será cobrado mediante a emissão de **AVISO DE COBRANÇA** ao **TOMADOR**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

21.1 O **TOMADOR**, a partir da assinatura do presente instrumento, autoriza à **CAIXA** negociar, a qualquer momento, durante a vigência deste **CONTRATO**, o montante do crédito ora concedido, em parte ou no todo, junto às outras instituições

Contrato – nº 0621.850-45

financeiras, desde que mantidas as condições contratuais e mediante prévia ciência do **TOMADOR**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DECLARAÇÕES DO TOMADOR

22.1 O TOMADOR declara:

- I. responsabilizar-se pela execução e conclusão dos **PROJETOS/AÇÕES** para os quais foram destinados recursos do objeto/objetivo deste **CONTRATO**;
- II. conhecer e estar de acordo com a condição estabelecida na **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** e declara, ainda, reconhecer que nenhuma responsabilidade é imputada à **CAIXA** em relação às despesas incorridas por ele, **TOMADOR**, no período de vigência da condição resolutiva, caso seja realizada ou autorizada alguma despesa relativa aos **PROJETOS/AÇÕES**;
- III. que todas as aprovações e medidas necessárias para celebrar o presente **CONTRATO** foram tomadas, obtidas e estão válidas e eficazes;
- IV. que a celebração do presente **CONTRATO** não infringe ou viola qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que o **TOMADOR** seja parte;
- V. cumprir a legislação relativa à Reserva Legal, Reserva Indígena, Área de Preservação Permanente, Área de Preservação Ambiental, Zoneamento Urbano, Zoneamento Ecológico Econômico e Zoneamento Agroeconômico e a legislação sobre o patrimônio cultural brasileiro, assim compreendido o patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, geológico e paleontológico;
- VI. que a execução dos investimentos dos **PROJETOS/AÇÕES** não implica violação à Legislação Ambiental em vigor;
- VII. que a área dos **PROJETOS/AÇÕES** não é área embargada, área contaminada e/ou área degradada;
- VIII. não haver Termo de Ajustamento de Conduta relativo aos **PROJETOS/AÇÕES** ou que, caso existente, se obrigará a todos os termos e condições acordados com o Ministério Público.

22.2 As declarações prestadas pelo **TOMADOR** subsistirão até o final e total cumprimento das obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, ficando todos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, responsáveis por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à **CAIXA** oriundos da não veracidade ou da inexatidão de todas as declarações aqui prestadas.

22.3 O **TOMADOR** declara, ainda, estar ciente de que os dados e informações referentes ao presente **CONTRATO** serão registrados no Sistema de Informações de Créditos - SCR, atendendo à determinação do **BACEN**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

- 23.1** O **TOMADOR** obriga-se a respeitar a legislação ambiental e informar à **CAIXA** sobre a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado aos **PROJETOS/AÇÕES** que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma ambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental.
- 23.2** O **TOMADOR** deverá ressarcir à **CAIXA** qualquer quantia a que a **CAIXA** venha a ser compelida a pagar por conta do dano ambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado aos **PROJETOS/AÇÕES**, assim como deverá indenizar a **CAIXA** por qualquer perda ou dano que esta venha a experimentar em razão do dano ambiental.
- 23.3** O **TOMADOR** obriga-se a monitorar suas atividades de forma a identificar e mitigar impactos ambientais não antevistos no momento da contratação do crédito e comunicar imediatamente à **CAIXA** qualquer evento que cause grave lesão ao meio ambiente ou violação às leis e práticas de proteção ambiental durante a execução dos **PROJETOS/AÇÕES** apoiados com os recursos deste **CONTRATO**, com a indicação das ações reparadoras das ocorrências e as atitudes de reversão adotadas para a respectiva solução.
- 23.4** O **TOMADOR** obriga-se a informar a **CAIXA**, em até 30 (trinta) dias, caso haja o conhecimento de descumprimento de obrigação ambiental ou existência de trabalho análogo ao escravo ou infantil por parte de fornecedor direto e relevante.
- 23.5** O **TOMADOR** declara que as obras já executadas e a executar estão em completa consonância com as leis de acessibilidade e de prioridade de atendimento das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES DO TOMADOR

- 24.1** O **TOMADOR** expressamente autoriza a **CAIXA**, durante a vigência deste **CONTRATO**, a solicitar e receber informações acerca da existência ou não de registros no **CADIN** a seu respeito, bem como a acessar a Central de Risco do Banco Central do Brasil para obter dados sobre o seu endividamento junto ao Sistema Financeiro Nacional, nos termos do inciso I do Art. 8º da Resolução CMN n.º 3.658, de 17 de dezembro de 2008, e suas alterações.